



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

1º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	28 de Novembro de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
SNC/MDH	Karolina Alves Pereira de Castro	Membro (a)	Titular	GOV	01
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	02
MEC	Francisco Moraes da Costa Marques	Membro (a)	Titular	GOV	03
CFOAB	Vitória de Macedo Buzzi	Membro (a)	Titular	OSC	04
CFP	Maria Márcia de Badaró	Membro (a)	Suplente	OSC	05
ASBRAD	Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo	Membro (a)	Titular	OSC	06
GTNM/BA	Antônio Carlos Valadares	Membro (a)	Suplente	OSC	07
CUT	Exedito Solaney	Membro (a)	Titular	OSC	08
RENILA	Marcelo Magalhães	Membro (a)	Suplente	OSC	09
SMDH	Tiago Martins Ferreira	Membro (a)	Suplente	OSC	10
ANCED	Acássio Pereira de Souza	Membro (a)	Titular	OSC	11
JUSTIÇA GLOBAL	Maria Elena da Luz Azevedo	Membro (a)	Suplente	OSC	12
IBCCRIM	Natália Sanzovo	Membro (a)	Suplente	OSC	13
MDS	Francisco Xavier Coullangers	Membro (a)	Titular	GOV	14
SNPIR/MDH	Sidnei Sousa Costa	Membro (a)	Suplente	GOV	15
ISER	Paula Jardim	Membro (a)	Titular	OSC	16
SNPM/MDH	Marcy Figueiredo	Membro (a)	Suplente	GOV	17
CONECTAS	Henrique H. Apolinário de Souza	Membro (a)	Suplente	OSC	18
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	19
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	GOV	20
CPF	Mária Márcia Badaró Bandeira	Membro (a)	Suplente	OSC	-
MRE	Bruna Vieira de Paula Silveira	Observador (a)	Não se Aplica!	GOV	-
MNPCT	Valdirene Daufemback	Expositor (a)	Não se Aplica!	GOV	-
MNPCT	Ana Cláudia Camuri	Expositor (a)	Não se Aplica!	GOV	-
MNPCT	José de Ribamar de Araújo e Silva	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
DEPEN	Eli Torres Narciso da Silva Torres	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
DPU	Tatiana Melo Aragão Bianchini	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
CNPG	Patrícia Otoni Pereira	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
MJ			
SEGOV/PR			
MRE			

LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

M	Tema/Assunto	Hora e Tempo	Leitura e Aprovação
001	ABERTURA <ul style="list-style-type: none">Fala de Abertura (Vice-Presidência)Leitura e Aprovação da Pauta da 23ªRPOLeitura e Aprovação da Ata da 21ªRPO/CNPCTInformes Institucionais	09h00 (1h)	
002	DIÁLOGO MNPCT <ul style="list-style-type: none">Apresentação do Relatório de Monitoramento dos Masscres (Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte), como uma ação conjunta MNPCT/CNPCT e Outras Pautas Pendentes do MNPCT.	10h15 (1h)	
003	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Leitura e Aprovação da Minuta de Diretrizes Nacionais do CNPCT para Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura elaborada pelo Grupo de Trabalho do CNPCT (Resolução nº 12/2018).	14h00 (2h)	Remanejado p/ M6.
004	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Análise da Conjuntura Política e Estratégias de Defesa e Manutenção do Funcionamento do CNPCT e do MNPCT durante o Processo de Transição no Governo Federal e Garantia do Mandato 2019/2020.	16h00 (2h)	Remanejado p/ M3.
005	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Apresentação do "Projeto Carcerópolis" de Pesquisa de Dados do Sistema Penitenciário e Aprovação da Minuta de Recomendação do CNPCT sobre Prerrogativas de Ingresso da Defensoria Pública em Unidades Prisionais.	09h00 (2h)	Remanejado p/ M4.
006	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Informe das Missões Conjuntas do CNPCT/MNPCT/CONANDA de Monitoramento do Sistema Socioeducativo nos Estados do Distrito Federal, Ceará, Paraíba e Pernambuco e das Atividades da Comissão Permanente do CNPCT de Prevenção à Tortura no Sistema Socioeducativo.	11h00 (1h30)	Remanejado p/ M5.
007	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Avaliação de Encerramento do Plano de Ação CNPCT - 2018 com a Discussão do Relatório de Atividades 2018 e Aprovação do Calendário de Atividades do CNPCT de 2019.	14h00 (2h)	
008	PLENARIA DE ENCAMINHAMENTOS	16h15	



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

	<ul style="list-style-type: none">• Deliberações e Encaminhamentos finais.• Leitura e Aprovação Prévia dos Encaminhamentos da Ata da 23ªRPO.	(1h30)	
--	---	--------	--

DISCUSSÃO DA PAUTA:

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• ABERTURA• Fala de Abertura (Vice-Presidência)• Leitura e Aprovação da Pauta da 23ªRPO• Leitura e Aprovação da Ata da 21ªRPO/CNPCT• Informes Institucionais		
Documentos & Subsídios	<ul style="list-style-type: none">➤ M1_Programação_de_Pauta_23ªRPO_CNPCT_Nov2018.pdf➤ M1_MINUTA_ATA_21ªRPO_CNPCT_AGO2018.pdf		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Dar boas vindas a todas e todos, informando que, em razão do período de férias profissionais, a Vice-Presidente do CNPCT, Tassiana Carvalho, não poderá estar presente durante 23ªRPO e pediu pra mim transmitir o pedido de desculpas aos membros do CNPCT e substituí-la na condução dos trabalhos da reunião, com o aval da Mesa Diretora do CNPCT. Desta forma, declaro aberto os trabalhos da 23ªRPO e passo a leitura e aprovação da proposta de pauta elaborada pela Mesa Diretora do CNPCT, sugerindo a inversão de pauta entre dos momentos M4 e M3. Não havendo manifestações contrárias, declaro aprovada a pauta da 23ªRPO com esse ajuste de inversão de pauta. Em seguida, passo a leitura e aprovação apenas da Ata da 21ªRPO, enviada junto com pauta da 23ªRPO, considerando a Ata da 22ªRPO não ficou pronta a tempo, em razão de atrasos da empresa de degravação.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): A empresa de degravação até o momento não nos devolveu o arquivo com a transcrição das discussões da 22ªRPO, impedido a Secretaria-Executiva de concluir ata a tempo para a aprovação nessa reunião, portanto, a somente ficará pronta para aprovação na 24ªRPO.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Algum comentário em relação à Ata apresentada? Algum pedido de alteração? <i>[Falas fora do microfone]</i> Não, teve a Ata da 21ª Reunião, foi apresentada. Algum comentário em relação a essa Ata? <i>[Falas fora do microfone]</i> A 22ªRPO é que não teve isso. Damos por aprovada a 21ªRPO? Então, Ata da 21ªRPO aprovada pelo comitê.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Só uma observação, a Ata da 22ªRPO é a que nós deveríamos estar revisando e aprovando agora, mas que teve um problema de atraso na degravação e, que por tanto, só vai ser aprovada no próximo mandato, pelos novos integrantes do CNPCT, está certo?! Delegamos aos próximos, a aprovação.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Exato. Está certo, agradecemos inclusive a compreensão dos membros do comitê em relação á esse problema que nós tivemos aqui no Ministério. Gostaria então de abrir a palavra às colegas para a parte de informes institucionais, todo início de reunião nós fazemos essa rodada, com breves comentários das atividades, das reuniões, dos seminários que os participantes</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
	<p>tiveram a oportunidade, que os membros tiveram a oportunidade de participar. Temos inscritos?</p> <p>Paula Jardim (ISER): Só um instante, para eu entender a inversão da pauta de análise da conjuntura, ou para o primeiro ponto de amanhã, de hoje? Ah, de hoje à tarde.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Hoje à tarde, hoje às 14:00 e às 16:00 as diretrizes. Então se não houver mais nenhum informe, gostaria então de, já passo então a palavra para as peritas Valdirene e Ana Cláudia, para a apresentação do relatório de monitoramento dos massacres, Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte, considerando que foi uma ação conjunta do MNPCT e do CNPCT, além de outras pautas a serem avaliadas pelo colegiado.</p>		
Informes Institucionais	<p>Marcelo Magalhães (RENILA): Na parte de informes, eu queria só fazer um informe e se tiver tempo também ler uma pequena carta que a RENILA fez no final de semana passado, o durante o seu Encontro Nacional, que aí eu peço licença para poder ler brevemente, Carta de Caruaru (anexo).</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Aproveitando a anunciação de informes que nós não tivemos o cuidado de pedir a inscrição, mas... Nós recebemos em Recife – PE no dia 18, o Ex-Ministro de Direitos Humanos, Nilmário Miranda lançando seu livro de memória “Histórias Que Vivi Na História”, um belíssimo trabalho da sua história, ou seja, desde a primeira prisão em 1965 a sair em um longo período de clandestinidade, inclusive com a companhia de uma que ele estudara economia na mesma Universidade Federal de MG, ele foi companheiro de Dilma Rousseff no mesmo departamento, de economia. Enfim um momento muito bacana eu representei a central dos trabalhadores, esse lançamento foi no Sindicato dos Docentes da Universidade de Pernambuco – PE. Enfim, tinha muita gente, muitos militantes e ativistas de Direitos Humanos, eu falei e intervi sobre a importância inclusive do nosso comitê, do Sistema, do MNPCT, tinha a representação também lá do Comitê de Recife – PE, e foi um momento muito bacana, o Ex-Ministro Nilmário Miranda concluindo o seu trabalho e inclusive ele informou que estava sendo entregue o relatório da comissão da verdade de MG, e até Valadares falou também que está sendo bastante discutido, difundido, divulgado o relatório conclusivo da Comissão Verdade e Justiça de MG, obrigado.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Aproveito então esse momento enquanto o MNPCT está subindo <i>[falas fora do microfone]</i>, só um minutinho, algum dos colegas participou das reuniões com a Comissão Interamericana? Porque eles fizeram uma visita aqui ao Brasil, se alguém puder só dar um breve relato também desses diálogos com a Comissão.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): A Central dos Trabalhadores, teve sim ela e o MST de SP uma reunião, eu não participei porque eu estava em Recife e a Secretária de Direitos Humanos é quem participou, o relato é que foi uma reunião breve, foi inclusive na reitoria da Unifesp, e como era solidário, eu acho que era uma das comissões comissionadas, ela quem foi fazer essa reunião porque ele se distribuiu no Brasil inteiro e ela foi quem foi fazer essa reunião com a <i>[palavra não</i></p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
			<p><i>identificada], e o MST por ocasião de uma denúncia que fizemos em relação à reforma trabalhista, então, ou seja, violação de direitos humanos no mundo do trabalho, a reforma trabalhista significava perda de direitos e mais vulnerabilidade dos trabalhadores que, portanto, e o MST também. A reunião Jandira, falou com a Secretária, porque foi muito rápida, mas muito boa, muito importante, pela vinda deles aqui no Brasil, e a continuidade da denúncia, ou seja, o processo de acompanhamento por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Obrigado.</i></p> <p>Márcia Badaró (CFP): É, não, é só para... Eu já dei esse informe ontem, mas o colega aqui está me lembrando de que muitos não estavam ontem na reunião do Sistema Nacional, enfim, o informe de que o Conselho Federal de Psicologia foi agraciado com o prêmio de uma das entidades homenageadas na luta pelos Direitos Humanos. É um prêmio que foi dado pelo Ministério dos Direitos Humanos e nós ficamos muito agradecidos porque o Conselho tem tido lutas importantes na área de Direitos humanos, principalmente na questão do racismo, da população LGBT, enfim, tendo os seus regionais também enfatizado muito essas pautas, então foi uma grata satisfação para nós receber essa premiação como uma das entidades que se destacaram nessa militância e o Conselho Federal tem sido alvo de ataques, inclusive aí é por conta das resoluções, da resolução que a gente, enfim, impede o psicólogo de prometer a famosa chamada popularmente cura gay, uma resolução em prol da assistência à população LGBT, então tem sido alvo de alguns ataques, que se a gente... Não é? Tem que estar muito fortalecidos nessas horas. Então era só comunicar essa premiação. Obrigada.</p> <p>José de Ribamar (Perito do MNPCT): Então talvez, saudando as companheiras relatoras do nosso relatório de monitoramento de massacre, Valdirene e Cláudia, eu dei também um breve aviso sobre a nossa reunião com um dos comissionados do Comitê Interamericano de Direitos Humanos, na verdade estiveram todos em diversas reuniões com diversas entidades ali na Procuradoria Geral da República, mas também se subdividiram, e se subdividiram por temática, franqueando assim que as entidades convidadas pudessem aderir à participação da reunião com algum deles, nós tivemos uma oportunidade de nos reunir aqui com o Comissionado Joel Garcia, que é relator, dentro da Comissão Interamericana, das pessoas privadas de liberdade. E na verdade nesta valem mais como órgãos de assessoramento, fizemos um painel que eu não vou me estender sobre ele por causa do tempo, mas também porque parte dele nós voltaremos a tratar quando falarem nos dados de análise de conjuntura, que diz respeito à pauta de recrudescimento finalizada já pelo governo que se instala no dia 1º de Janeiro, uma série de recrudescimentos, seja a redução da maioria penal, seja da transferência ou da revisão da LEP em capítulos fundamentais como a regressão da pena, ou do impedimento das saídas temporárias, e como também alguns fenômenos que eles queriam entender, aliás, todos nós queremos entender, e merecem aprofundamento de nossa parte como, por exemplo, a emergência das facções criminosas. Foi muito interessante o debate, a qual nós podemos reportar com ele, eles também estavam aqui indo para Pedrinhas como um dos, eu tive a oportunidade de apresentar como ex-relator do Sistema Penitenciário de Segurança Pública de Pedrinhas, um painel sobre o que</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
	eles poderiam encontrar e o que nós podemos conferir desde o tempo de ouvidor, mas também com a missão do MNPCT que voltou lá em 2015 que segue nesse monitoramento, porque Pedrinhas, assim como os outros presídios, têm medidas provisórias, inclusive, tendo como expedicionária e peticionária, dois membros do comitê conectas e a Sociedade de Maior Índice em Direitos Humanos aqui dignamente representada pelo Thiago, me corrija aí se eu estiver errado, Thiago. Mas esse então foi um pouco o painel que nós apresentamos, eu não vou me delongar sobre isso, porque parte dele nós voltaremos a tratar quando falarmos, hoje a tarde foi transferido, viu? Houve uma inversão de pauta, vai ser no início da tarde de hoje aquela análise de conjuntura, ok. E aí eu não sei se... <i>[Falas fora do microfone]</i> .		
Deliberações & Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação da Programação de Pauta da 23ªRPO, apenas com a inversão dos momentos de pauta M4 e M3, em relação a programação inicial aprovada pela Mesa Diretora do CNPCT (6ªRMD).2) Aprovação da Minuta de Ata da 21ªRPO/CNPCT, sem a solicitação de ajustes das discussões por parte dos membros do CNPCT.		

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Relatório de Monitoramento dos Massacres (Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte), como uma ação conjunta MNPCT/CNPCT e Outras Pautas Pendentes do MNPCT.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Valdirene Daufemback (Perita do MNPCT): Bom Dia a todos e todas, acho que a Márcia do CFP, podia-nos acompanhar aqui junto com Henrique e a Acássio ainda não chegaram <i>[Risos]</i>. Bom, recordando, nós fizemos então essa missão conjunta a partir de um planejamento, já do ano passado, houve em cada uma dessas visitas a participação de membros do Comitê e do MNPCT, essas visitas ocorreram em Fevereiro e durante esse período nós fizemos então a elaboração do relatório que nós vamos hoje disponibilizar pelo site, e também lançar às 17:00 em uma atividade pública, fizemos já um trabalho de divulgação junto à mídia para alguns dos membros aqui do comitê nós já divulgamos as reportagens, acho que podemos também fazê-lo no grupo do comitê, se alguém aí tiver acesso e puder passar, seria excelente, não é? Nós tivemos uma cobertura, estamos em destaque no painel do G1 e no painel do Globo.com com matérias bastante extensas, exaustivas, sobre esse relatório, esse relatório tem uma característica distinta de qualquer outro relatório que nós já fizemos em conjunto ou o MNPCT em particular, é a primeira vez que ocorre um relatório de monitoramento de recomendações, então ele não é um relatório descritivo, de uma situação como se tem e as recomendações no final, ele é um relatório que faz comparações entre as recomendações que foram feitas anteriormente e a situação encontrada, atribuindo a essa situação uma categoria de cumprimento ou não, dessa medida, ao final, o relatório apresenta conclusões a partir dessa mensuração e também novas recomendações, nós fizemos esse trabalho durante esse tempo compartilhando entre todos aqueles que participaram</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>da missão do Comitê e do MNPCT, por essa metodologia nova, acabou que demorou mais do que regularmente demora um relatório que nós produzimos, e nós tivemos também em período eleitoral em Outubro e preferimos não fazer a divulgação nessa época para evitar associações do teor do relatório com aquilo que estava ocorrendo dentro dos Estados e do próprio Governo Federal. Essa missão então foi denominada uma missão de monitoramento e ela tem a ver com esses eventos violentos que ocorreram em Janeiro de 2017, no Amazonas, Rio Grande do Norte e Roraima que teve como um saldo de 126 mortes, pessoas não localizadas, feridos, pessoas feridas e também familiares em sofrimento, nós tivemos como objetivo nessa missão realizar esse monitoramento das recomendações, e aqui eu chamo a atenção que não é um monitoramento das recomendações apenas dos relatórios do MNPCT, nós usamos outros documentos dos Estados, como planos que haviam sido feitos sem resposta à crise, o relatório da defensoria sem fronteira, ações civis públicas que o Estado tenha já iniciado para monitorar ações que tenham a ver com execuções da política penal dentro de parâmetros legais, com direito a verdade às famílias atingidas devido à reparação e a responsabilização pelas omissões dos Poderes Públicos, além das medidas de não repetição. A metodologia que foi utilizada é aquela que convencionalmente já é utilizada nas visitas, nós fizemos um trabalho inicial, antes da visita, de formulação de um instrumento, essa também é uma novidade nesse processo, nós pegamos todas as recomendações que nós iríamos querer monitorar que tinha uma relação direta com a situação de morte, violência e massacre, e aí selecionamos em um instrumento próprio que depois virou o ambiente de mensuração dessas recomendações, isso quer dizer que nós não monitoramos todas as recomendações desses documentos que eu mencionei, mas só aquelas que tinham a ver com a questão da violência, morte e massacre de uma maneira geral. Em Roraima nós monitoramos 61 recomendações, no Rio Grande do Norte 73, e no Amazonas 51 recomendações, como é que essas organizações foram organizadas, em 15 eixos, nós temos um eixo que trabalha nos temas relacionados ao controle externo, à fiscalização, ao contato das pessoas presas com o mundo exterior, e aqui tem assuntos como, Sistema Nacional de Prevenção em Combate a Tortura, a comunicação dos presos, o uso dos recursos do FUNPEN considerando a densidade de controle desse recurso. No Amazonas, das 51 recomendações avaliadas, nós tivemos o seguinte cenário nessas quatro mensurações, apenas duas dessas recomendações foram cumpridas, ou seja, 4%, nós tivemos 30%, ou 15 recomendações com medidas importantes iniciadas, 16 recomendações com medidas paliativas que foram tomadas e não foram cumpridas ou não havia informações suficientes para a avaliação de 18 recomendações. Então de uma maneira geral será possível observar um baixo índice de cumprimentos e respostas do Estado sobre as recomendações. E quais foram as únicas medidas que o Estado cumpriu na sua integralidade: A criação do Comitê Estadual, e a realização de auditorias de fiscalização dos contratos de cogestão dos estabelecimentos prisionais, tanto a Secretaria de Estado, contratou uma auditoria externa para esse contrato, quanto o Tribunal de Contas do Estado também abriu duas auditorias que estavam mensurando tanto a eficiência, o procedimento desses contratos, quanto à questão financeira. Então essas duas recomendações foram consideradas cumpridas.</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>Avançando para o Rio Grande do Norte, das 73 recomendações 66 são direcionadas ao Poder Executivo, três ao Legislativo, sete ao Tribunal de Justiça, cinco ao Ministério Público, quatro Defensoria Pública e quatro Outros Atores e qual foi a recomendação cumprida, foi o concurso público aos agentes penitenciários que foi realizado e realmente mudou bastante o cenário de presença de agentes dentro das unidades, só tinha 1 concurso público no Estado do Rio Grande do Norte até então, e com esse concurso então o número de profissionais aumentou bastante. Exemplos de medidas, as três na verdade, importantes iniciadas, que foram estruturais, mas ainda não tiveram o seu resultado suficientemente também alcançado, o edital do concurso público, do ITEP, Instituto Técnico de Perícia, o CEP está em atividade e há uma organização do sistema carcerário atualmente no sentido de identificar as pessoas presas através de um controle básico de nomes e listagens que nós não encontramos no passado. Das medidas paliativas, nós tivemos peritos que realizaram curso de formação, mas ainda não na sua integralidade, concurso público para defensoria pública, embora não tenha se aumentado o número suficiente também para a atenção da execução penal, reforço no cartório da VEP, da Varia de Execuções Penais, apoio institucional aos servidores da carreira penitenciária, acesso de advogados e defensores públicos ao estabelecimento prisional, e também não havia essa situação colocada no passado, implementação parcial dos serviços de saúde da PNAISP, há equipes atualmente, mas não atende a demanda como um todo, e rotinas institucionais regulares estabelecidas em ALCAÇUZ, também a melhoria de infraestrutura e insumos, embora sempre atendendo parcialmente a população.</p> <p>Cláudia Camuri (Perita do MNPCT): A maior parte delas, 56 a gente considerou não cumpridas ou a não conseguimos informações suficientes para provar que haviam sido cumpridas. A não entrada das instituições da Sociedade Civil para fazer controle de fiscalização, é terminantemente proibida a entrada dessas instituições pela gestão carcerária, os órgãos de controle da Justiça raramente entram também, é impedida a comunicação com o mundo exterior porque não pode entrar papel e caneta, então não há direito a telefone ou a escrever cartas, a revista vexatória ela é largamente utilizada, inclusive em mulheres grávidas e crianças, a gente ouviu relatos graves sobre revistas sendo feitas em crianças bem pequenas, revistas com desnudamento em crianças, os banhos de sol, a gestão informa que era regular, mas todas as informações que triangulamos mostram que não eram regulares, apesar de ter os pátios, de ter sido tudo reformado, os pacientes com transtorno mental, pessoa que não ficou muito claro se estava em medida segurança ou não, ou se eram só pacientes apenados comuns, mas que tiveram transtornos dentro do sistema, a gente encontrou no meio da visita inclusive um em uma sela de isolamento, bastante acuado assim, está até bem descrito no relatório com fotografia e tudo, e não há nenhum tipo de direcionamento para RAPS local, então eles só são medicados pelo clínico que eventualmente prescreve medicação, quando estão em crise são levados para o Hospital Geral, mas não fazem o acompanhamento devido para os seus transtornos.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): É, essa situação, acho que dos diagnósticos mais visíveis e que nos, não é? Chegou de forma objetiva, esse procedimento, nós fomos</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>recebidos na unidade, no primeiro bloco que a gente se dirigiu, ao adentrarmos, estavam sendo retirados 30 presos, cerca de 30 presos, de uma das alas, todos nus, e obrigados a passarem bem próximo a nós e nós estávamos, éramos dois homens, eu e o Magnata e três mulheres, e outras várias mulheres lá também presentes, agentes penitenciárias, então pelo o que eu vi no relatório tem uma relação interessante disso com o método de tortura em Abu Ghraib que é o presídio do Iraque, de que a corte marcial, a corte militar reconheceu essa prática de desnudamento, de tratamento vexatório com a presença de mulheres como uma forma grave, não é? De tortura, soldados perderam farda, foram afastados, e a gente viu isso de uma forma muito brutal, a gente estava chegando e tinham 30 presos saindo nus e balançando o calção, a gente percebeu que foi uma forma de nos intimidar também, foi o nosso primeiro cartão de visita, mas consta no relatório como uma das mais graves violações que nós verificamos.</p> <p>Cláudia Camuri (Perita do MNPCT): Além disso, enquanto percorríamos os corredores, todos os presos estavam em procedimentos nas selas, sentados, de costas, sem camisa, abaixados, com a cabeça abaixada, as mãos para cá, sentado com a perna... Posição fecal, e por muitas horas assim eles ficaram, e isso também é uma prática correlata, que é uma prática de stress postural, então todos esses procedimentos eles fazem com que o preso ou fique algemado, ou encolhido em uma posição por muitas horas, e isso era uma das práticas também muito grave, então no relatório a gente faz uma comparação com várias técnicas de procedimento que estão largamente sendo utilizadas lá no Rio Grande do Norte, com as que o próprio exército americano condenou que haviam sido feitas por seus militares lá no Iraque. Além disso, eles tem um procedimento chamado “extração”, que eles carregam o preso na ponta do pé, pendurado pela “tonfa”, pelo cassetete, e o levam para a cela de isolamento, e muitas vezes ele desmaia no caminho, em função da pressão aqui na traqueia, foi um procedimento bem narrado, essa é a posição, na foto dá para ver, essa é a posição fecal que a gente fala que eles ficam organizados toda vez que entra alguém, eu acredito que eles não fiquem assim o dia todo, mas durante a nossa visita ficaram. Bom, essa então são as considerações com relação ao relatório, pergunto se mais algum dos colegas aqui gostaria de enfatizar mais algum ponto? Não? Então...[Aplausos]</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Gostaria de agradecer a equipe do MNPCT, bem como nossos representantes do comitê na organização, participação e conclusão do relatório, é um documento extremamente importante, é uma das poucas oportunidades que nós temos de efetivos seguimentos das recomendações do MNPCT, realmente é uma atividade em que o comitê se engaja efetivamente nessa cooperação entre comitê e MNPCT. Queria compartilhar um pedido que a gente recebeu pela Secretaria-Executiva do CNPCT, que aí a gente já pontua aqui também nos debates aqui no comitê.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – OUVDH está organizando uma missão a Roraima, se eu não me engano na semana que vem, de 10 a 12 de Dezembro, e convidoo o CNPCT, caso haja interesse em fazer parte dessa missão, com a participação do MNPCT e vários outros Órgãos.</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então eu abro a palavra para os colegas e já ressaltar então as sugestões do grupo em relação a questões que o Comitê e o próprio MNPCT poderiam se engajar em relação a o cumprimento, em relação às questões que foram apresentadas e também às novas recomendações expostas, inscrições?.</p> <p>Sávio Filho (MD): Parabenizar o trabalho do MNPCT, como sempre um trabalho muito detalhado e que agrega bastante aí na visualização do aminho que deve ser tomado para melhorar as estruturas. Eu vou fazer uma observação pontual, até aproveitando aqui a presença do Magnata, que na ocasião fez a apresentação sobre Alcaçuz, e vou lembrar que na época tanto o Ministério de Defesa como o Tortura Nunca Mais da Bahia, nós sugerimos como fluxo uma equipe pericial de atuação rápida em casos de massacre, como foi relatado aqui, na época eu lembro que o Magnata relatou que logo após a ocorrência de massacre ainda vários indícios periciais estavam visíveis, que o Estado externou que não tinha condições de atuar no sentido de fazer a análise adequada, então na ocasião não foi colocado em votação, inclusive para acionar os MNPCTs que nós temos, tanto na polícia federal, como na polícia civil do DF, nós temos equipes com qualidade técnica reconhecida, então assim, eu acho que esse fluxo tem que ficar definido, para que não se perca informações periciais que agora observando os números eu vejo que nós temos casos de desaparecidos que podem estar nesses restos mortais que não foram analisados e que não serão mais analisados porque se perdeu a questão pericial, se perde, então entrarão em registro de desaparecidos, o Brasil será acionado mais uma vez e as indenizações ocorrerão por falta de atuação adequada do Estado Brasileiro. Então eu registro novamente a necessidade de um fluxo que o Comitê estabeleça para ver se consiga uma reunião de uma equipe pericial em casos de massacres como esses de Alcaçuz aí e a necessidade de um trabalho pericial. É isso.</p> <p>Márcia Badaró (CFP): Eu também queria dar os parabéns bastante enfáticos à equipe que produziu esse relatório, eu também contribuí com algumas coisas, mas o trabalho da equipe do MNPCT, esse relatório, está assim com um detalhamento, com questões importantíssimas, eu acho que eles, eu inclusive mencionei a importância aí no caso dos psicólogos na reunião que tivemos que eu mencionei ontem aqui, com os psicólogos que atuam no sistema prisional, que todos se apropriem, deixem relatório, porque as pessoas estão na ponta e, por exemplo, no caso do Rio Grande do Norte, todas as questões que o relatório aqui apontou foram trazidas pelo psicólogo que esteve presente na nossa reunião, ele chamou inclusive de “bizarria” o que acontece no Rio Grande do Norte, uma coisa surreal, não tem um psicólogo no sistema de justiça inteiro, não só no sistema prisional, mas em nenhum outro espaço da justiça dentro do sistema prisional, então essas pessoas estão absolutamente abandonadas no sistema, e eu queria ressaltar a importância do comitê, de um de nós aqui acompanhar essa missão junto com a Ouvidoria, porque eu acho que a gente está em um momento fundamental, a gente já discutiu isso aqui ontem, de fortalecer cada vez mais o Comitê, nós não podemos deixar de estar presentes nesses espaços, eu já tive a oportunidade de estar junto com a Ouvidoria também, logo assim que eu assumi no Conselho Federal, inclusive fui convidada enquanto Conselho Federal para estar junto com a Ouvidoria lá no</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>Amazonas foi a nossa primeira ida até lá, então assim, eu acho que é importante que a gente tenha algum representante aqui que possa acompanhar essa missão da Ouvidoria, porque eu acho que a gente está em um momento de não abrir espaço, é um momento da gente se fazer presente, é isso.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Parabenizar o trabalho do MNPCT, e eu acho que na mesma linha que Valdirene segue Valdirene colo apontando para a responsabilidade do Estado, não é? Valdirene? Mas também é bastante salutar ouvir o Sávio com essa preocupação republicana mesmo, porque aí você passa da responsabilidade ou irresponsabilidade do Estado, para quando você não vai para a apuração para a omissão, e aí que dá condenação em corte internacional, porque tudo bem que você possa titubear no exercício da função, do serviço, mas que você se omita frente à situação descalbro que já sem forma aí com certeza é condenação indenização no mínimo, e aí eu acho que Valdirene coloca de maneira apropriada no nível já da inadmissibilidade em relação ao papel do Estado nessa situação.</p> <p>Carlos Valadares (GTNM-BA): Bom Dia. Acho que a primeira questão é que é um relatório muito bom, circunstanciado, e que mostra que é necessário dar continuidade ao processo de monitoramento, e esse monitoramento acho que a gente teria que inclusive ver se nos Estados nas diversas organizações sociais, inclusive da Sociedade Civil, é possível fazer mais de perto esse acompanhamento, porque não vai ser possível acompanhar tudo o que existe nos presídios e tudo, somente pelo MNPCT, ou pelo Comitê, ou pela parte mais de Coordenação, eu acho que teria que passar essa responsabilidade e treinar o pessoal, eu acho que a própria metodologia que foi seguida agora, acho que tem que ser transmitida, para que os comitês e MNPCTs Estaduais possam fazer uma monitoração mais de perto, porque eu acho que vai ser inviável uma vez por ano a gente pegar alguns tópicos assim, o acompanhamento tem que ser geral, e a gente ainda faz certas visitas de acompanhamento, mas é muito mais do que isso, eu acho que deveria, por exemplo, o relatório ser encaminhado formalmente pelo Sistema Nacional para todos os órgãos independente de qualquer coisa, e nessa apresentação, destacar justamente o papel do Estado.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Bom dia, Xavier do MDS, parabenizar o MNPCT pelo trabalho e é rapidamente. Eu acho que é importante a nossa participação nesse monitoramento em Roraima, mas eu queria também ver se há a possibilidade de incluir a questão do Sistema Socioeducativo porque também, o Sistema Socioeducativo lá está sobre intervenção Federal, se eu não me engano até o Guilherme Coordenador do SINASE, ele é o interventor, então além da gente poder ver a possibilidade de verificar também o Sistema Socioeducativo, chamar também o Guilherme aqui para conversar e ver o que está sendo pensado nesse sentido, quando ele puder vir para ver se a gente pode conversar com ele, como interventor para ver o que está sendo pensado.</p> <p>Deise Benedito (Perita do MNPCT): Bom dia a todos e todas, eu só queria também chamar a atenção, vi um detalhe dos senhores que são do comitê e senhoras que são do comitê, um detalhe de Alcaçuz, eu, Gustavo e Cláudia já estivemos a primeira vez e retornamos lá agora em Janeiro, só uma observação</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>que é o que eu costumo chamar de novos métodos de tortura, que é a questão de não só de condicionamento de tudo isso que a Valdirene colocou, mas a questão mais grave no que se refere á tortura psicológica que são submetidos esses presos, passando pela alimentação cujas marmitas tem apenas dois dedos de comida, então todos eles tem uma compleição física semelhantes, todos eles são, não digo magérrimos, magérrimos assim, mas muito magros, muito abatidos, pouco Sol, e não podem andar perto uns dos outros quando saem para tomar Sol, só é Sol uma hora, não pode ter caneta, não pode ter lápis, não pode ter comunicação com o mundo exterior.</p> <p>Eli Narciso (DEPEN/MJ): Bom dia a todos e todas, eu sou a Eli, eu sou Servidora da Ouvidoria do Departamento da Penitenciária Nacional, eu gostaria de agradecer a oportunidade e pela bela exposição do corajoso relatório, eu acho que a visibilidade alcançada desde hoje, sobre o relatório, ainda não conhecemos o conteúdo, a complexidade do conteúdo, mas vejo que é um relatório bastante corajoso. Sobre a ação atualmente em Roraima, ela acontece por conta da negligencia do Estado ao atendimento dos custodiados, e nós já inicialmente identificamos a ausência de assistência à saúde de forma macro, aqueles custodiados, e nesse primeiro momento está tendo uma especial atenção à saúde, uma mobilização de recursos e medicamentos para aqueles custodiados ali alocados. Novamente eu quero parabeniza-los, na figura dos peritos, pelo corajoso relatório e pela visibilidade necessária à questão dos três Estados.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): Bom, eu queria... Fazendo um coro com vários colegas, não é? Parabenizar os peritos e peritos que estiveram à frente desse processo de escrita e sistematização, de tudo o que a gente compilou e conseguiu colher de dados, de informações, de múltiplas análises dessa experiência que eu acho que das experiências pelas quais passei aqui nesse período de conselheiro do Comitê, digo que foi a experiência mais rica de contribuição nessa percepção de sistema, de entender o papel do comitê como órgão político fundamental de monitoramento, das recomendações do MNPCT, então assim eu me sinto muito feliz e muito grato por poder contribuir com o relatório pontualmente, mas de ter participado da missão, de poder ir ao Rio Grande do Norte, e reforçar que o relatório, ali na escala que tive hoje em SP, é um relatório muito robusto, muito consistente e muito inovador, em relação aos relatórios que são ordinariamente produzidos pelo MNPCT, então eu acho que o comitê tem uma... O conjunto do comitê tem uma obrigação de se apropriar dessa metodologia, dessa estrutura de relatório que foi inaugurada por esse relatório de monitoramento, acho que é um dos principais desafios desse comitê, não é pensar metodologias e formas de monitorar os milhares já de recomendações do MNPCT nesses três anos já de existência, e eu acho que esse relatório, essas missões, elas inauguram um novo tempo, como disse Ribamar. Essa experiência do prisional inspira, ou tem inspirado o monitoramento também do Socioeducativo, então acho que, fechando esses dois ciclos de exercícios dessa atribuição do comitê de monitoramento, acho que a gente tem como saldo, além do diagnóstico em si, da sistematização das informações, a gente tem um legado importante de exercício de monitoramento de recomendações que eu assim desconheço, pelo menos assim dos Órgãos Nacionais que realizam inspeção, que</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>realizam visitas a nível Nacional, não tinha... Ontem, nessa madrugada, assim me surpreendi muito com a qualidade, com a robustez, com a consistência do relatório.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Bom dia a todos e todas. Muito bem, primeiro parabenizar sem dúvida o relatório, pretendo ler, mas dizer que dá mais angústia dá mais sensação de impotência, muito difícil. O processo é muito troncho porque veja, em 2012 tinha 240 mil pessoas nessa condição de privação de liberdade e em 2018 segundo vocês falaram ontem tem 800 mil pessoas, e eu não tenho dúvida Cássia, o processo tende a recrudescer mais, tende a ser muito mais difícil no trato com quem comete algum delito. Sabe? A dignidade da pessoa humana de ser tratada como tal, mesmo tendo cometido um delito tem que ser respeitada, por qualquer Estado. Eu me lembro de que nós estivemos um uma missão na Europa, visitando presídios lá na Alemanha e parece que outro presídio na França e há uma diferença muito grande, ou seja, não tem... Então é isso, essa visita de monitoramento que é o que mais faz, inicia um ciclo na verdade, inicia um ciclo fundamental nesse processo que se iniciou aqui no Brasil, e em 2013 constituição do MNPCT de Sistema do Comitê.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Obrigada Expedito, temos mais três inscritos e aí devolvemos a palavra para as considerações finais do MNPCT, de modo geral eu já peguei algumas indicações de encaminhamento, mas eu gostaria de estimular os colegas que reforçassem então suas sugestões de encaminhamento e avaliações em relação à manifestação do MNPCT.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Bom dia a todas e a todos, é inegável o trabalho extremamente comprometido, qualificado das peritas, dos peritos, foi um relatório assim que trouxe enorme inquietação para nós que temos assim noção do que seja o respeito à dignidade da pessoa humana que está consagrada na instituição, você quando observa a banalização, a forma como a maioria da sociedade pensa sobre o sistema penitenciário brasileiro dá uma sensação de que as coisas podem realmente piorar, e nesse sentido, esse coletivo tem que se fortalecer, e nesse sentido nós nos nossos Estados precisamos lutar cada vez mais para que tenhamos um sistema Estadual, para que tenhamos peritos Estaduais, para que tenhamos a competência e a qualificação para visitar o sistema, para apontar essas graves violações dos direitos humanos, no ponto de vista do sistema socioeducativo é recorrente, são recorrentes as denúncias de tortura praticadas contra adolescentes, inclusive choques nas partes íntimas, a impressão que a gente tem é que nós estamos voltando há um passado tenebroso, um passado que a gente não quer ver, então olhando para o relatório da situação de Alcaçuz, é algo que não podemos admitir enquanto seres humanos, enquanto militantes, enquanto membros de comitê, enquanto representantes de qualquer coisa em qualquer lugar, é algo inaceitável o desaparecimento de pessoas, a desculpa de pessoas estarem em situação e foragidas, que é o que a gente ouviu muito, mas em especial Roraima, o presídio de Monte Cristo eu visitei esse presídio, eu vi a degradação, eu vi o abandono, eu vi o mato, eu vi o desespero das pessoas naquele calor naquela agonia, e quando chegou à diáspora Venezuelana que virou o caos, a cidade de Boa Vista, foi aí que nós sentimos ainda mais a ausência do Estado Brasileiro em todos os sentidos, no sentido de uma política migratória, no sentido de uma política</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>humanizada em termos da situação prisional, em todos os sentidos! Nós nos sentimos totalmente sem condições de atuar, com muitas demandas para encaminhar, lembrando que tem pessoas que não são brasileiras, pessoas, de acordo com a nova lei de imigrações, pessoas migrantes venezuelanas também no sistema, que precisam de assistência jurídica, essa assistência jurídica não existe, é necessário uma interlocução com o sistema de justiça, é necessário que o grupo que está aqui, que permanecerá aqui, que virá para cá que se unam cada vez mais a aqueles que estão nos seus Estados, e que possam realmente reagir a uma condição totalmente inaceitável, uma condição desumana, degradante, que a sociedade brasileira não irá aceitar do ponto de vista de alguém que está nessa militância há muitos anos batalhando pela situação prisional, principalmente de adolescentes meninos e meninas, e da mulher encarcerada. Quero parabenizar as peritas e os peritos e dizer que continuaremos sim juntos nessa luta que não vai parar de forma nenhuma! E vi uma frase, a proposta de uma ação, como fazer daqui pra frente! Nós vamos seguir sim para evitar tudo isso e para não aceitar, para não admitir! Para não naturalizar! Para não achar que eles merecem aquilo que eles estão passando! Porque são esses os bandidos, são essas as pessoas que não devem frequentar a sociedade, é o grande mau da sociedade, que o ideal seria morrer agora para não ficar pior ainda! É essa a minha manifestação de tristeza, de indignação, mas ao mesmo tempo de alegria por ver que tem pessoas comprometidas nesse MNPCT que tocam esse barco que não é fácil de ser visto, de ser presenciado como eu já presenciei em unidades de internação, muito obrigada.</p> <p>Natália Sanzovo (IBCCRIM): Oi gente, bom dia a todas e todos. Compartilho da fala da Dalila integralmente, queria também parabenizar as peritas, os peritos, o MNPCT, realmente esse relatório ficou surpreendente, chamou ainda mais a nossa atenção, claro, como todos os demais, mas como o Acássio mencionou, tiveram vários elementos que despertaram e muito, e já falando de forma resumida, eu não vou me alongar na minha fala, porque a Dalila já falou tudo o que eu gostaria de falar, eu acho que a ideia é pensar daqui pra frente mesmo no que pode ser feito, e com base no que a Márcia disse, a questão de se unir à Ouvidoria, nessa próxima inspeção que vai ter, eu gostaria de entender um pouquinho melhor, eu não sei se a Karol pode explicar ou vocês mesmo, como que seria, e essa participação da Sociedade Civil, se a gente poderia participar ainda, como que vai ser, se será esse ano ainda, porque eu me candidato para estar junto, me candidato para participar, e parabéns pelo trabalho meninas, parabéns a todas vocês, tá bom?</p> <p>Paula Jardim (ISER): Bom dia a todas e todos, eu acho que é de consonância a qualidade desse relatório, e agradecer ao MNPCT esse retorno, agora... Fico pensando assim: O MNPCT fez várias recomendações a partir desse relatório, há vários órgãos, mas eu acho que no que tange ao CNPCT, enfim, tem essa proposta de um retorno a Roraima com a Ouvidoria acho que é fundamental que a gente participe sim, mas tem alguns procedimentos que a gente vem falando aqui ao longo dos tempos e a gente não vem conseguido realizar, um deles é aquele convite que a gente sempre fica de fazer e não consegue, aos representantes dos Estados, tanto da Administração Prisional, quanto do Tribunal de Justiça,</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>Defensoria, Ministério Público e Outros Órgãos, porque ir lá é um passo, ir nesses locais monitorar é importante, mas também trazer esses representantes aqui junto com outros órgãos vou repetir, minha fala é chata porque eu sempre falo isso, CNP, CNJ precisam estar aqui, porque não adianta somente a gente ter o MNPCT fazendo os relatórios e a gente ficar mandando Ofício, eu acho que a gente precisa agir um pouco mais, de maneira um pouco mais consistente, até porque a gente fica muito voltado para o combate à tortura e muito pouco voltado para a prevenção, então, por exemplo, quando a Valdirene estava falando da exigência, da recomendação que foi feita, para construção dos protocolos, e que aí o Estado começa desenvolver, isso também quer dizer prevenção, porque dali para frente você pode mudar algumas coisas, mas enfim, como que nós CNPCT vamos atuar, e a outra é, pena que a colega do DEPEN saiu, porque de novo, como é que a gente tem o uso indiscriminado dos recursos do DEPEN, que a gente não sabe como são utilizados, para onde vai esse dinheiro, e como que não só o MP como o MNPCT colocou, solicitando que o MP fiscalize a implementação desse recurso no Estado de Roraima, mas como que o DEPEN tem feito também esse trabalho, eu não sei, se alguém tiver alguma resposta, porque enfim, é isso. Obrigada.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então eu devolvo para a Valdirene e para os colegas aqui do Comitê para as considerações finais em relação ao documento.</p> <p>Valdirene Daufemback (Perita do MNPCT): Excelente, obrigada pelas considerações com relação ao trabalho coletivo aqui do MNPCT e dos membros do comitê que se debruçaram na redação. Foi um esforço que realmente de evidência, que relatórios como esse e o próprio MNPCT tem uma vocação que é de trazer elementos fundamentados e técnicos para que, politicamente, também o CNPCT tenha mais capacidade e envergadura de conseguir fazer as cobranças. Então a gente fez um esforço especial nesse sentido de trazer evidências, de explicitar algo que está muito presente em uma tendência no Sistema Prisional Brasileiro, que é esse processo de recrudescimento das rotinas e procedimentos como uma solução de controle. Já que o superencarceramento acaba impedindo uma série de atividades de rotina, enfim, assistências, a resposta tem sido a força e para isso há uma filosofia sendo disseminada como a solução de não garantia de direitos, e talvez ela venha em momento oportuno para criar um contraponto disso que está sendo apresentado como solução. Essa também foi outra preocupação, apontar as questões desaparecimento e do uso dos recursos do FUNPEN, já que pela primeira vez, houve uma descentralização tão volumosa. Vocês vão encontrar no relatório a execução dos recursos FUNPEN nos três Estados de 2016 e 2017 baixíssima. Eu acho que isso contrapõe outro argumento, está comentado no relatório de que tudo que precisava para os Estados conseguirem avançar era dinheiro, e dinheiro fácil, sem controle, sem burocracia e na verdade isso não aconteceu, nem mudou a realidade do Estado, nem eles conseguiram gastar o seu recurso. Então no que a gente tem que insistir muito é em uma qualidade, em um propósito de uma custódia que seja outra coisa e não isso que está sendo apresentado, uma discussão de garantia de direitos, garantia de assistência, garantia de uma gestão qualificada, garantia de um perfil de servidores adequados a essa função. Que não seja a função exclusiva de repressão, muito similar ao que está sendo vendido no papel de</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
			<p>polícia para esses servidores. Vocês viram as fotos, o agente penitenciário está mais revestido de aparatos de proteção e armamento do que um policial que anda na rua, esse é o nosso contraponto atual, essa é uma coisa que a gente precisa se apropriar também para com seguir realizar conversas importantes. <i>[Aplausos]</i></p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Bem, eu acho que um dos pontos que a gente poderia definir antes do nosso intervalo para o almoço, seria verificar então a disponibilidade dos colegas para compor o grupo que vai participar da missão com a Ouvidoria em Roraima, nos dias 10 a 12 de Dezembro. Paula?</p> <p>Paula Jardim (ISER): É muito oportuno esse convite da Ouvidoria, agora, seria possível a gente pensar, como teve essa missão conjunta aí nesses três Estados, da gente também enquanto o CNPCT retornar daqui a algum tempo a esses outros Estados sem ser Rondônia, ou chamar os representantes aqui, porque eu acho que senão esse relatório vai morrer e vai ficar por isso mesmo, porque eles não vão mudar, a gente vai ter que pressionar muito, então talvez o Comitê pensar em estratégias específicas para esse relatório da missão de como a gente poderia se organizar, para além dessa visita em Roraima que é superimportante.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu avalio Paula que a gente no balanço do nosso plano de ação, a nossa intenção ainda que várias das organizações aqui presentes vão continuar no próximo biênio, mas eu acho que a gente pode fazer algum tipo de recomendação nesse balanço final, de pontos em que a gente gostaria de chamar a atenção da nova composição, e eu acho que você coloca um ponto central, que é a continuidade desse acompanhamento das recomendações, mas também de não... Muito entre aspas, desperdiçar todo esse trabalho que foi feito pelo Comitê e pelo colegas do Comitê, você acha que pode ser um ponto interessante para acrescentar no plano? <i>[Falas fora do microfone]</i> Tá joia.</p> <p>Márcia Badaró (CFP): Só um instantinho, porque eu estou aqui meio inquieta, porque infelizmente eu não vou poder ficar aqui na parte da tarde, e o Paulo virá, mas assim, eu compartilho da grande preocupação da Paula que também é a minha, dessa inquietude de fazer com que esse trabalho todo que a gente tenha, ele provoque um chamamento, uma questão assim dessas autoridades.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Obrigada Márcia. Eu gostaria então que os colegas tivessem em mente a manifestação da Márcia para a gente retomar a discussão às 14:00 depois do almoço iniciando então a nossa análise de conjuntura. Para fechar esse ponto eu gostaria de consultar os colegas, se tem algum colega de governo ou da Sociedade Civil, que tenha interesse em integrar à missão da Ouvidoria.</p> <p>Vitória Buzzi (CFOAB): Desculpa Vitória – Representante do Conselho Federal da OAB. Essa missão é Dezembro desse ano? É eu acredito que... Eu não tenho os compromissos aqui desse ano, mas a gente tem interesse sim, até porque eu também participo do Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e para a gente é interessante ficar por dentro dessa temática, então me voluntario para acompanhar também.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito. Xavier também tem interesse, tá, a gente pode conversar com a Ouvidoria para a gente ver também convite para você. Anotei</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
	<p>as considerações que foram feitas para a Paula, e as observações também do Acássio em relação ao encaminhamento dos registros então do seguimento, do relatório de monitoramento das recomendações dos massacres prisionais, para a gente colocar então no nosso balanço para a nossa próxima gestão. Mais alguma consideração?</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Não, eu só queria reforçar o que a Márcia disse que eu acho que é importante, eu estou falando isso desde ontem na verdade, dessa situação instável, e a gente quer conversar com o Ministro para ver qual é a articulação que ele fez ou está fazendo ou terá que fazer para garantir a posse em Dezembro.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito, a gente retoma então essa discussão às 14:00, agradeço a participação agora no horário da manhã, retornamos então 14:00 pontualmente porque tem muita coisa para nós discutirmos à tarde também, agradeço, até daqui a pouco.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Acolher o convite da ONDH/MDH feito por meio do Memorando-Circular nº 26/2018/SEI/OUVIDH/MDH e, indicar a representante titular do CFOAB no colegiado, Vitória de Macedo Buzzi, para participar da Missão Oficial do MDH ao Estado de Roraima prevista para ocorrer entre os dias 10 e 12/12/2018.2) Encaminhar ofícios do CNPCT ao CEPCT, MPE, DPE, TJ e o Gestor Público Local do Sistema Penitenciário (Secretários de Estado) solicitando posicionamento em relação as conclusões do Relatório do Monitoramento Conjunto dos Massacres de 2017, realizado pelo MNPCT e CNPCT, e, convidado para apresentação do posicionamento nas próximas RPOs/CNPCT.3) Sugerir a Mesa Diretora do CNPCT que inclua no “Relatório de Atividades do CNPCT de 2018” uma avaliação do Mandato 2017/2018, destacando os pontos fortes e aquilo que deve ser melhorado no próximo mandato.		

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMATICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Análise da Conjuntura Política e Estratégias de Defesa e Manutenção do Funcionamento do CNPCT e do MNPCT durante o Processo de Transição no Governo Federal e Garantia do Mandato 2019/2020.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Boa tarde a todas e todos. Podemos começar? Bom, então retomando o nosso trabalho agora no período da tarde, tivemos então uma inversão de pauta, então nesse momento será feito o debate: “<i>Análise de conjuntura política e estratégias de defesa manutenção do funcionamento do Comitê e do MNPCT durante o processo de transição no Governo Federal, e a garantia do mandato 2019 – 2020</i>”. Temos inscritos para começar esse debate? Lembrando que esse é um pedido de pauta que ele vem a partir do pedido de reunião extraordinária que foi feito no mês passado, justamente com a finalidade de discutir</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>o contexto político, então uma forma de contemplar e avaliar até mesmo uma eventual reunião extraordinária seria neste momento.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu acho que, no devido tempo todos nós vamos querer participar da conversa e do debate. Será que a gente poderia iniciar essa reflexão com algum tipo de perspectiva da Mesa Diretora do CNPCT do CNPCT, em relação ao cenário atual? Vocês têm também uma agenda de reuniões, assim como tem a agenda das reuniões extraordinárias, então eu acho que talvez isso possa disparar uma conversa entre a gente. Há algum tipo de reflexão por parte de vocês em relação ao momento político e essa transição de governo?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu não pude participar da última reunião da Mesa Diretora do CNPCT, a referência da reflexão que eu tenho é que, foi feito um pedido para fazer uma Reunião Extraordinária de forma a debater as questões do contexto da política atual, e que a Mesa Diretora do CNPCT acatou, criando então a possibilidade desse debate, nesse momento.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Então, mas eu entendo até a pergunta do colega, mas não houve nenhum tipo de discussão em relação a essa transição, como poderia ser uma sinalização de como poderia ocorrer esse período? Por parte da Mesa Diretora do CNPCT, nos debates, não houve nada?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): O Expedito é membro da Mesa Diretora do CNPCT, [palavra não identificada] Se eles puderem então compartilhar qual foi a avaliação feita por eles...</p> <p>Expedito Solaney (CUT): O que nos provoca todo esse debate é de fato essa conjuntura, essa conjuntura, é uma conjuntura de incertezas de como o Ministério de Direitos Humanos, onde ele vai ficar localizado, porque já foram anunciadas as fusões do Ministério do Planejamento com Ministério da Fazenda com Ministério do Comércio Exterior, ou seja, são três Ministérios que não dialogam um com o outro, absolutamente, não é? O Ministério da Fazenda cuida do tesouro, da receita, do dinheiro, o Ministério do Planejamento cuida exatamente das despesas, da máquina, e o Ministério da Indústria e Comércio Exterior cuida exatamente da batalha para diminuir taxas, para diminuir, por garantir... Então se na área econômica que é fundamental está passando por tantas mudanças, imagina a nossa área então a fusão com, do, o Ministério de Direitos Humanos corre um sério risco e a tendência é que ele se funda, e que, portanto a diminuição da governabilidade sobre essa pauta, a diminuição da governabilidade da nossa agenda do Comitê, do MNPCT com a nomeação dos novos peritos a partir da seleção, ficará muito mais difícil, ou seja, no mínimo a gente vai ter um vácuo longo até que as coisas voltem a funcionar plenamente novamente. Enfim, nós estamos aqui concluindo esse ano de 2018 em um cenário de muito mais dificuldade em nossa opinião, opinião da maioria dos integrantes desse Comitê, integrantes da Sociedade Civil, portanto, deve ser um compromisso dos membros do CNPCT até o final do mandato dessa atual composição, a garantia de designação das organizações da sociedade escolhidas na última chamada pública e a continuidade das atividades do colegiado em 2019. Em relação ao MNPCT, como é que nós podemos antecipar o edital, outras alternativas, recondução de quem já está, enfim,</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>como nós podemos até o final desse ano, até o dia 31 de Agosto de 2018 dar um fechamento onde a gente possa sentir que vai ter continuidade, que a gente não deixe uma pendência em 2019 em nada, essa é a nossa intenção, essa é nossa disposição, fazer todo o esforço possível com esse ponto de pauta.</p> <p>José de Ribamar (Perito do MNPCT): Boa tarde, eu queria antecipar, com a ajuda do Gustavo que está aqui agora também, um pouco as análises de cenário que nós também estamos fazendo em nível do MNPCT, e da incidência que tem essa análise sobre a nossa atuação conjunta enquanto antes do SNPCT. Primeiro, pela diversidade que nós temos no grupo do MNPCT, tivemos desde análises das mais catastróficas até análises mais contemporizadas [risos], para não falar daqueles que acham que o novo governo está sintonizado com uma série de agendas de recrudescimentos, que já estão na pauta do Congresso Nacional, que marcham progressivamente no sentido de impactar diretamente com a missão no MNPCT, como a questão da redução da maioridade penal, a revisão da LEP, etc. Outra questão é o fortalecimento da estrutura da Justiça Militar, trazendo para ela a apreciação de crimes de tortura, cometidos por militares e tem movimentos que sinalizam já nessa direção, como também a questão, como já citei alguns exemplos.</p> <p>Luiz Gustavo (Perito do MNPCT): Só um comentário, Ribamar acabou falando definitivamente tudo que a gente tinha dialogado, mas só reforçando a importância do que a gente tem dialogado a importância fundamental dos espaços de debate coletivo, principalmente com a participação da Sociedade Civil em momentos de recrudescimento em relação a Direitos Humanos, como CNPCT, o CNDH, o CONANDA, são espaços nacionais de defesa e participação social que precisam não só ser mantidos, como ser reforçados a sua atuação. Portanto, é extremamente estratégico garantia da designação dos novos membros da sociedade civil eleitos para o CNPCT, para evitar descontinuidade das atividades do colegiado com encerramento do mandato da atual composição em 28 de dezembro.</p> <p>Antônio Valadares (GTNM/BA): Eu acho que o próprio início aqui da reunião mostra que há uma incerteza muito grande em como que as coisas vão se desenvolver no próximo ano, acho que a partir da derrubada de Dilma, de uma forma ou de outra entrou em uma situação de instabilidade muito grande o País. Então ainda tem muitas situações indefinidas. Nós temos de ver o seguinte, a nossa pauta hoje é especificamente uma política de Estado, e como Política de Estado, não é um Governo que poderia modificar independente de ser Lula, Dilma, Fernando Henrique ou agora o presidente eleito. Não é uma questão que possa ser mudada, em particular porque esse processo é um processo que foi colocado por uma assinatura, um Protocolo das Nações Unidas, e que particularmente o MNPCT e aqui tem CNPCT, são órgãos de Estado, independente de qualquer coisa. Então, eu acho que a gente precisa de colocar isso com força, porque o que interessa para a gente é que seja dado continuidade a esse fortalecimento do SNPCT, por meio tanto do CNPCT, como do MNPCT, e para isso é necessário que seja colocado de imediato a questão da designação do mandato dos representantes da sociedade para o próximo período de dois anos, do ponto de vista do Estado. A sociedade civil já indicou os nomes dos representantes das organizações eleitas e reconduzidas, independentes da discussão sobre um ou outro nome, esses nomes deveriam ser</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>publicados de imediato para que tenha um mínimo de confiança da própria sociedade civil no compromisso do novo governo em relação a defesa dos Direitos Humanos. Desta forma, precisaríamos pelo menos garantir, do ponto de vista legal, a continuidade dos trabalhos do CNPCT e do MNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Obrigada Valadares, na nossa lista temos Paula, Marcelo e Lena.</p> <p>Paula Jardim (ISER): Boa tarde, bom, corroborando aí com o que os colegas já falaram do cenário, eu não vou repetir a análise da conjuntura, mas a questão da nomeação dos componentes da Sociedade Civil precisa ser imediata, a gente precisa garantir que isso aconteça antes do dia 31 de dezembro de 2018. E pegando a fala da Márcia antes do almoço, a Márcia do CFP, ela apontou uma sugestão da gente pedir uma audiência com o Ministro do MDH, Gustavo Rocha, e eu acho que é isso, eu acho que a gente tem que colocar na mesa quais são as estratégias que a gente tem para conseguir garantir essa nomeação dos representantes do próximo mandato.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Antes de passar a fala para o Marcelo, eu queria só que a gente pudesse então combinar uma questão em relação ao horário, eu imagino que todos vão querer participar da atividade do MNPCT que começa 17:00, eu queria sugerir então que essa pauta possa seguir até 15:30 por aí, e que das 15:30 até as 17:00 a gente possa falar da questão das diretrizes.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Só fazendo uma consideração, acho que a discussão de conjuntura se sobrepõe ou é imperativa sobre a pauta do planejamento do colegiado prevista para amanhã, porque na verdade o que a gente está colocando é o risco iminente a partir da análise de situação de todos que antecederam, de que haja a ruptura dessa continuidade dos mandatos da sociedade civil no CNPCT. E, aí eu já estou de alguma forma, se você me permite, emendando com a minha fala, sobre a nossa responsabilidade legal, mas que não é somente a minha, a nossa responsabilidade legal que infelizmente expira no dia 22/12/2018. Digo isso porque, se não houver designação para novo mandato, o CNPCT se dissolve, sem garantia de quando é que ele irá se reconstituir novamente. O que de certa forma seria uma ruptura dos acordos internacionais assumidos pelo Brasil.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Marcelo, eu agradeço os seus comentários, a minha sugestão foi só para a gente se atentar ao horário, é só em relação ao acordo que a gente estabeleceu no início da reunião, mas enfim, fica a critério dos colegas acompanhar também a questão do horário e as nossas discussões, passo então a palavra para a Lena.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Acho que os colegas já colocaram bem a questão do cenário, que não é favorável a nossa luta contra tortura, então assim, só para reafirmar a importância, no início do ano passado, a Justiça Global e outras organizações se colocaram contrárias à recondução automática, e a partir disso teve uma discussão e houve uma proposta da Secretária Flávia Piovesan de fazer uma resolução que acabou não saindo, abordando o tema da recondução.</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Paulo Maldos (CFP): Boa tarde, pelas sinalizações que eu vi até o momento das falas, eu acho que, todo mundo está na concordância, não é? Do cenário realmente adverso a partir do ano que vem, e com as preocupações de agenda que, a nossa temática de Combate e Prevenção a Tortura ser não só bastante prejudicado, como até inviabilizado. Sobre a descontinuidade, aqui na atual gestão mesmo, a gente tem um precedente que é o outro CNPCT, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Os seus membros foram escolhidos, designados e foi empossados acho que um ano depois, ficando pelo menos um ano desmobilizado. Então toda ação que a gente puder fazer para garantir a continuidade tanto do CNPCT tanto do MNPCT, ainda esse ano, é bastante importante, então além das propostas que foram feitas aqui, eu proporia um diálogo nosso com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu acho que o Paulo aponta para que a nossa iniciativa ou então que a nossa preocupação, o nosso zelo, Paulo, vai nessa perspectiva Republicana, Democrática, só que para esse colegiado, para esse pleno, essa saída Republicana, Institucional e Democrática, eu acho que vai até dia 22/12/2018, quando expiram os mandatos da sociedade civil.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Muito bem, em minha opinião, a sugestão é que a gente tente dialogar diretamente com o Ministro Gustavo Rocha, porque deveria ser comum os membros desse colegiado numa a situação dessa natureza, sentar com o Ministro e cobrar compromissos, afinal, ele é uma pessoa igual a todos nós. Enfim, eu prefiro que a gente tente construir de forma menos delicada, ou seja, se a gente puder construir de forma negociada, é a melhor forma. Então, também considerando a sua preocupação com a expiração dos mandatos da sociedade civil, mas se a gente se dedicar a essa conclusão desse dia de hoje com o Ministro, seja depois da atividade da apresentação do documento ou nesse momento agora suspendendo aqui ou levando só uma comissão lá para conversar com o Ministro e a reunião continuasse, seria de fundamental importância, se você puder encaminhar essa proposta.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu não tenho acesso à agenda do Ministro, estou aqui procurando na internet , e enfim, eu acho que valeria a pena, se então tem interesse, uma comissão tentar fazer esse contato com o Gabinete do Ministro para conseguir essa agenda, eu particularmente não consigo coordenar a reunião e tentar fazer esse contato, porque senão eu não vou fazer nenhuma das duas coisas bem.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu acho que devido à gravidade, a urgência que a gente aponta, e talvez também a provocação do Expedito seja da construção de uma agenda do Ministro Gustavo Rocha com o Pleno ou a Mesa Diretora do CNPCT. O negócio é urgente e premente, eu acho que o destaque que todos estão encaminhando, é da urgência dessa situação, lógico que uma coisa não impede a outra, sendo possível a discussão de apresentação de propostas alternativas de ações conjunta até o dia .</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Tudo bem, eu concordo, mas na sua fala aí se eu entendi bem, eu não estou conseguindo encontrar aqui inclusive em nenhum lugar</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>dessa pauta, um momento em que esse pleno vai tomar conhecimento oficial do resultado final do 3ºPCP/CNPCT, ou com o resultado oficial já publicado, e que, portanto nessa reunião nós não temos lugar de formalmente dizer “olha, são as entidades que participaram que foram votadas assim, e assim...” Não está aqui, não é? Porque é parte do protocolo formal esse pleno tomar o conhecimento, dar o ok...</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): A gente colocou essa questão no início da reunião, Expedito. Para a gente tratar dessa formalização do resultado, assim como a gente tem uma resolução que formalize o resultado do MNPCT, a gente então fazer essa resolução explicitando o resultado no momento do plano de ação, que é no primeiro ponto da pauta de amanhã, você lembra que eram dois pontos? Então, que era esse, e que era o relato do sistema?</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Ah sim, você colocou no início da reunião, eu anotei aqui inclusive isso. Mas como, você pode ver não é? Nós estamos em um momento muito crítico da reunião, porque na medida em que essa análise inicial que paira sobre o Palácio do Planalto, ou seja, no início, 1º de Janeiro de 2019, do recrudescimento no debate na pauta de Direitos Humanos, redução da maioria penal, revisão da LEP, naqueles pontos de debate sobre o induto, ontem, por exemplo, eu não sei se vocês viram, o debate sobre induto foi a loucura, não é? Então eu sugiro que a gente antecipe o ponto da pauta de homologação do resultado final da chamada pública de organizações da sociedade civil (3ºPCP/CNPCT) e desça para Esplanada dos Ministérios com intuito de tratarmos com o Ministro Gustavo Rocha sobre a possibilidade dele despachar com o Presidente Temer o decreto de designação dos novos membros do CNPCT antes do encerramento do atual mandato. A partir disso, saberemos se a partir do dia 22/12/2018 haverá organizações da sociedade civil com mandato para conduzir um novo processo seletivo do MNPCT ou, se o colegiado deverá apreciar a proposta de recondução dos peritos em final de mandato para evitar descontinuidade dos trabalhos do MNPCT e prejuízos para política de prevenção e combate à tortura.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Posso fazer uma sugestão de encaminhamento então antes de passar para a Lena? Posso Lena? Eu faço então duas avaliações, estou aqui conversando por mensagens com o Secretário Herbert, e ele sugeriu então que a gente encaminhe um e-mail para o Gabinete do Ministro (GM/MDH) solicitando que ele possa receber um grupo de representantes do CNPCT em audiência urgente. A minha segunda sugestão é, enquanto esse grupo trabalha nessa minuta de e-mail e encaminha o pedido para o GM/MDH, se os membros da Comissão Eleitoral do 3ºPCP/CNPCT podem antecipar a apresentação do relatório de atividades e do resultado final do processo eleitoral para homologação pela plenária do CNPCT.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu queria só fazer uma observação antes da Lena, eu acho que a indicação do Expedito e agora a sua reflexão também, não significa que a gente abre mão dessa minuta, dessa resolução, da gente colocar ela em votação, porque eu acho que uma coisa não impede a outra, não é? Expedito? Agora, a gente chegou e a análise da situação aponta no mínimo para um cenário surreal, porque também discutir a normativa de alguma coisa que eventualmente não exista durante seis meses, passa automaticamente essa discussão ser</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>secundária então lógico que a gente acha que é importante o trabalho que foi feito. Ninguém aqui está jogando isso fora, mas a urgência é que isto não vai adiantar de nada se nós não existirmos como já não existimos durante seis meses em 2016 após o processo de escolha das organizações da sociedade civil (2ºPCP/CNPCT) no atual mandato! Não há burocracia que seja escusa para essa omissão de Estado! Obrigado.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Bom, concordo aí com o encaminhamento do Expedito, mas eu queria dizer o seguinte: A resolução deve ser aprovada pelo pleno, e ela não necessita depois de um aval da Mesa Diretora do CNPCT, ela está aprovada e acabou não é isso? Karol? Então assim, eu sugiro que a gente, aí... Não desmerecendo também o trabalho que foi feito de diretrizes... Mas a gente tem que estabelecer prioridades aqui, nas nossas prioridades eu acho que a questão de peritas e peritos ela é urgente então, portanto ela tem uma prioridade máxima, e não que a gente não vá discutir o restante. Então era só para dizer isso, resolução aprovada pelo pleno é resolução aprovada.</p> <p>Paula Jardim (ISER): Como você colocou, a gente considera muito importante à questão das diretrizes para criação de MNPCTs e Comitês, inclusive o ISER foi um dos que puxou essa pauta, então assim, a gente não estava desconsiderando isso. Sugiro que a gente possa começar a discutir hoje e terminar amanhã, amanhã a gente tem uma pauta que eu acho que, se cada um encurtar um pouco dá para a gente poder discutir isso sim, acho que a gente não precisa abrir mão dessa discussão, mas corroborando com o que Marcelo diz e outros colegas, se a gente não discute o que vai acontecer com os peritos do MNPCT, e com a Sociedade Civil no Comitê, eu acho que isso é primordial, é o ponto um assim. É só para dizer isso.</p> <p>Sávio Filho (MD): Eu estou escutando bem aqui a fala de cada um, mas pela questão da organização, o processo seletivo eu acho que passa por esse plenário. Então nós estamos debatendo um pedido de agenda com o Ministro de Estado, que ainda não se passou por esse plenário, o resultado, a homologação de resultado, e esse assunto vai ser tratado com o Ministro, então eu acho que a gente deveria Karol entrar de imediato na questão da seleção da Sociedade Civil até para justificar essa audiência amanhã talvez com o Ministro.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito, podemos passar então para esse momento em relação à seleção da Sociedade Civil?</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Acho que todos concordam Karol.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito, então eu vou pedir para o Elias fazer um breve relato sobre o processo do chamamento público e como de deram os trabalhos da Comissão Eleitoral, com a ajuda é claro dos representantes governamentais que participaram da comissão.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNCPT/MDH): Bom, gente, então vamos lá, passando rapidamente de como se deu o processo eleitoral da Sociedade Civil do Comitê, acho que todos recordam, na reunião de Agosto a gente discutiu e aprovou a minuta do edital que, conforme a gente sempre faz com as questões do CNPCT, seguiu para a CONJUR/MDH. No final de agosto ele nos deram parecer</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>favorável a publicação do edital e, a Secretaria-Executiva do CNPCT providenciou a publicação do D.O.U, conforme o cronograma aprovado pelo pleno junto com o edital. O prazo de inscrições que, inicialmente de 02/09/2018 até 16/10/2018, ou seja, um mês e meio, foi prorrogado posteriormente devido ao período eleitoral e o baixo índice de inscrições. Todo o processo foi feito de forma virtual, por meio endereço eletrônico: https://cnpct.mdh.gov.br/, um site que concentrou todas as informações do processo seletivo, desde a publicação do edital, disponibilização do cronograma, todos os documentos, o link de inscrição para quem fez a inscrição pela internet para carregar todos os arquivos. Após o encerramento das inscrições, deu-se início aos trabalhos da Comissão Eleitoral. A Secretaria Executiva do CNPCT fez uma análise prévia de todas as documentações para os membros da Comissão Eleitoral, trabalhando com uma metodologia muito parecida com a utilizada no último processo seletivo do MNPCT (4ºPSP/MNPCT), já que tínhamos membros da Comissão Eleitoral aqui em Brasília, e em outros Estados, portanto, todo processo teve de ser semipresencial, por meio de reuniões virtuais e compartilhamento de documentos via internet. Durante a fase de análise da documentação de homologação dos eleitores e das candidaturas, a Comissão Eleitoral percebeu que houve muita dúvida em relação a um dos itens do edital. Nesse sentido, por orientação da representante do Ministério Público Federal (MPF) na Comissão Eleitoral, a presidência e os demais membros resolveram publicar um comunicado com esclarecimentos e abrindo novo prazo de inscrições para permitir a readequação daquelas inscrições que poderia ter sido prejudicadas pela interpretação do item. Em seguida, decorridos os prazos para interposição de recursos e julgamento pelo Comissão Eleitoral, o resultado definitivo de eleitores do colégio eleitoral e das candidaturas que constariam na cédula de votação da cabine virtual foi divulgado no site do chamamento público. De posse da lista de eleitores e candidaturas, a Secretaria-Executiva do CPCT com apoio da área de TI do MDH, deu início ao processo de credenciamento dos delegados-eleitores (confirmação dos dados de e-mail para envio do login e senha de votação) e a configuração do Sistema Helios de Votação Online para dar início pregão eleitoral. Todos os delegados responderam ao processo de credenciamento, e nos dias 21 e 22/11/2018 a partir da 09h da manhã, o sistema liberou o acesso dos delegados a cabine virtual de votação. No dia 22/11/2018 às 18:00, o sistema bloqueou a cabine de votação, conforme estava previsto no edital, mas 15 minutos antes o sistema que já mostrava que todos os delegados 33 delegados habilitados já tinham depositado seus votos. Na sexta-feira (23/11/2018) à tarde a Comissão se reuniu para dar início a apuração dos votos e proclamação do resultado final. O Comunicado nº 19/2018 da Comissão Eleitoral formalizou o resultado final, que agora deve ser apreciado e homologado pela plenária do CNPCT por meio de resolução do colegiado.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito Já temos uma inscrita, a Lena, mas eu queria ofertar primeiro então para a Marci ou para a Natália, se elas podem fazer as considerações, Marci?</p> <p>Marcy Figueiredo (SNPM/MDH): O Elias já fez a descrição processo todo, então para não ser repetitiva eu só quero pontuar três aspectos que eu acho importante</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>serem considerados. 1 – Reforçar que toda documentação a enviada para as Organizações ela estava acessível a todos os membros da Comissão, da Sociedade Civil, do Governo, para que a gente pudesse fazer qualquer tipo de verificação diante de qualquer dúvida. A Secretaria-Executiva do CNPCT, fez o esforço de fazer os contatos com as organizações nos momentos em que houve prorrogação de prazos e também a necessidade de complementação dos documentos da inscrição. Por fim, a Comissão Eleitoral chegou a conclusão que existem alguns pontos do edital que merecia ser aperfeiçoados para os próximos processos, mas de forma geral não foi processo tranquilo e bem organizado. Eu acredito na continuidade do CNPCT, então no próximo processo a gente tornar até melhor e mais fluído o processo eleitoral, mas o relato do Elias eu acho que deu conta de tudo, é só o que eu tenho a completar.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): É só uma dúvida porque durante esse processo foi muito comum, a gente viu muito isso, o sistema acusava a falta de documentos, as Organizações mandavam 3, 4 vezes, e continuava dando falta de documento, então eu queria saber se foi aberto alguma sindicância para ver qual foi o problema com o sistema, porque efetivamente houve algum problema aí no meio do caminho, a gente tem que corrigir isso.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Na esteira do que você está falando, documentos que voltaram com horário e tudo, como no nosso caso, e não foram considerados como cota, mas tudo bem a gente não quer retardar um processo tão importante como este, para além de [palavra não identificada] nós queremos que o Comitê seja uma realidade e que ele rapidamente seja homologado, que tome posse, e que a gente siga trabalhando nos nossos Estados juntos, para nós isso é o mais importante, as cotas para nós já é página virada, mas que a nossa opinião e de vários colegas que estão aqui, pela nossa trajetória, de trabalhar no sistema, com mulheres presas e na violência contra mulher, foi uma injustiça absurda, mas é uma injustiça válida, é o que eu digo às vezes a gente ganha quando perde, então perdemos em favor de um Comitê que necessita continuar, e que eu espero que essa decisão seja rápida e saia nessa data de um encaminhamento urgente para uma posse, uma nomeação, e que isso não seja uma missão de um Governo que está por vir, mas que venha ainda desse Governo, obrigada.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Queria primeiro parabenizar a posição ética e política da Dalila, porque eu acho que em tempos tão sombrios e de tanta mesquinha, a ASBRAD eu acho que brinda a gente com um altruísmo assim, o mais importante não é uma frente só, mas principalmente Dalila pra quem milita há tanto tempo na defesa de Direitos Humanos como vocês, então primeiro eu queria parabenizar.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Muito bem, primeiramente eu queria parabenizar o grupo que conduziu a Comissão Eleitoral, enfim... Eu quero fazer uma observação, Marcelo, Lena, todos nós aqui, Paula, ou seja, há um problema na gênese desse processo de reserva de vagas, nós estamos pagando caro por isso agora em relação aos peritos do MNPCT. Porque eu sou um ativista de Direitos Humanos, eu defendo absolutamente as cotas, vagas, em todos os certames e concursos para entrar nas Universidades, ou seja, pessoas com deficiência também, e elegemos</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>inclusive um companheiro metalúrgico cego lá do ABC, Presidente do CONANDA, em uma batalha enorme de trazer cada vez mais esse debate de Direitos Humanos para dentro do movimento sindical. Que é um demais violado sabe?! Além de outros locais evidentemente. Então o que acontece, nós estamos tratando de vagas tão restritas, como por exemplo, trazer um exemplo em relação ao MNPCT, ou seja, 04 vagas, você separar vagas para afrodescendentes, para mulheres, para homossexuais, para pessoas com deficiência, ou seja, você já tem um corte, tem uma régua tão radical em relação a quem se candidata e quem tem condição de entrar no MNPCT, para a seleção do MNPCT, que já é uma régua radical, ou seja, eu estou me referindo ao primeiro edital que nós discutimos muito aqui. Porque eu estou terminando aqui também, estou me despedindo bem desse debate, porque eu fiz parte do 1º Comitê, então a gente termina a nossa gestão agora a 2º que não se reconduz, eu também não ficarei mais, a gente está com outra pessoa na Central dos Trabalhadores para vir para cá, e que, portanto a mesma coisa nós vimos aqui, nós não tínhamos isso nos editais, de reservas de vagas.</p> <p>Andrey Lemos (Ministério da Saúde - MS): Eu queria fazer duas perguntas para a mesa responder, para ver se esclarece, porque a gente está debatendo isso, a primeira é a seguinte: O Edital foi amplamente discutido no pleno do Comitê, foi aprovado inclusive os critérios, o que está escrito no edital, e os sub seguimentos, as vagas reservadas? A segunda questão que eu queria só para entender melhor, ficou alguma formalização de pedidos de justificativa de investigação sobre o processo de que alguma instituição que não tenha sido contemplada entrou com recurso solicitando, que o sistema não correspondeu, só para a gente ver, porque assim, quando... “Tem que ter sido cancelado...” A gente precisa saber se realmente teve algum procedimento de reclamação?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Não teve.</p> <p>Sávio Filho (MD): Pela ordem aqui, só um esclarecimento prático, não existe então recurso pendente, porque deu a ideia de um recurso, então, não existe recurso, não é?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Não, não existe.</p> <p>Marcy Figueiredo (SNPM/MDH): Eu vou fazer uma proposta esperando atender ainda que parcialmente a sugestão da Lena, pode até ser as pessoas que compuseram a Comissão Eleitoral, e me disponibilizo, mas também outra pessoa da Sociedade Civil que se disponibilize, a fazer um relato um pouco mais descritivo, pontuando inclusive quais são os problemas que precisam ser solucionados, que nós identificamos, e indicando tanto sugestões para o próximo edital.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Antes da sua fala, e talvez até para pensar em uma questão de ordem para encaminhamento, até para você considerar na sua fala também, eu acho que então a gente poderia pensar de que, na sequência das falas a gente faz a aprovação da homologação do resultado do 3ºPCP/CNPCT, e depois da homologação do resultado a gente possa então discutir a minuta de resolução de recondução dos peritos do MNPCT para encaminhamento de votação ou não.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito, Marcelo. Enquanto vocês encaminham a</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>minuta da resolução para o e-mail da Secretaria-Executiva do CNPCT (cnpct@mdh.gov.br) e o Elias providencia as cópias para distribuir aos demais participantes de plenária, eu queria saber se o grupo de representantes do CNPCT que trouxe a proposta de resolução para recondução do peritos do MNPCT poderia fazer uma explanação sobre o assunto, qual foi o modelo que vocês pensaram, só para antecipar um pouco o conteúdo do documento.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Só lembrando, Karol, que, assim, os cargos de peritas e peritos do MNPCT são D.A.S. está certo? Então, assim, em aprovando a Resolução, ainda que os mandatos, tem um que termina em dezembro e outro em março, eles podem ser renovados, ainda este ano, entendeu? Porque são D.A.S. compreende? Então, é nesse sentido também que a gente está falando, não é “esperar vencer o mandato”, não, todos os quatro renovados agora em dezembro. É nesse sentido a Resolução que a gente quer aqui colocar para apreciação e votação.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Vamos abrir, então, para inscrições? Lembrando do horário. Já são 16h40, então, a minha sugestão é cancelar a participação dos membros do CNPCT no evento do MNPCT, de forma que a gente possa dar segmento e fechar tanto esse tema, quanto o das diretrizes.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): Só uma ponderação, Karol. Eu e Henrique, a gente está implicado, porque fazemos parte da evento na mesa de lançamento do relatório das missões conjuntas do MNPCT e CNPCT.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Eu não acho que essa Resolução tem uma implicância muito profunda na conjuntura política que estamos discutindo. Eu me lembro quando esse assunto de recondução veio a primeira vez, de forma muito cristalina, e o que nos fundamentou a não admitir a recondução, toda uma revisão jurídica, todo um debate político, ético-político em relação à recondução. Segundo, que você trouxe agora! Eu fui consultado por Natália do IBCCRIM agora no retorno do final do almoço. A gente não conseguiu se reunir para tirar, exatamente, o debate que nós havíamos feito enquanto Sociedade Civil ali, em relação ao futuro do CNPCT, mas em relação à recondução, nós não chegamos a conversar.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Então, acho que a fala do Expedito já me trouxe alguns elementos importantes para avaliação. Mas confesso que ainda estou na dúvida sobre como foi regulamentada no passado a questão da recondução aqui no CNPCT. Tem uma previsão legal contrária? É possível ter recondução, sim, então, em princípio. Mas pelo que entendi houve algumas informações rodadas aqui no CNPCT, não sei se tem alguma resolução que versa sobre recondução ou algum posicionamento formalmente estabelecido. Eu estou com essa dúvida de qual foi resultado concreto das discussões anteriores sobre esse assunto? Sobre como deve funcionar o instituto da recondução aqui pelo CNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): A questão da prorrogação dos atuais mandatos até termos a nova composição do CNPCT e ser possível a realização do 5ºPSP/MNPCT não me parece ter viabilidade jurídica! Porque a recondução, pelo menos, está previsto em Lei. Como a gente vai desdobrar, agora, prorrogação, assim, teria que saber se é possível fazer isso juridicamente, porque, de fato, vai</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMATICA
	<p>haver uma lacuna de processo seletivo com a finalização do mandato dos atuais membros do CNPCT. É possível falar de prorrogação dos mandatos dos membros da sociedade civil no CNPCT também? Para não ficar o vácuo legal. Não estou descartando a possibilidade de discutirmos a prorrogação dos mandatos, mas acho que precisaríamos do respaldo da CONJUR/MDH.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Então, a gente fez essa discussão ano passado (2017), não é? Uma discussão muito profunda sobre a questão do que significa recondução e a leitura que a gente fez na época foi que recondução se daria pela possibilidade dos atuais peritos participarem e serem escolhidos em novo processo seletivo. Então, agora, eu vejo assim, se a gente está vislumbrando no horizonte já em dezembro, a vacância de Lúcio Costa e já em março, a vacância de mais três peritos, sendo que até a designação e posse dos membros do próximo mandato com a aprovação de um novo edital, isso pode demorar, sei lá, seis, oito meses, daí, realmente, fica uma vacância muito perigosa para o combate e prevenção à tortura no país, fica uma fragilização muito grande no MNPCT. Contudo, acho que momento temos que considerar como alternativa também a proposta do Expediente da CUT do CNPCT aprovar a prorrogação do mandatos dos atuais peritos do MNPCT até que se possa realizar um novo processo seletivo com a participação dos membros da sociedade civil.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Então, eu acho que talvez o que o Paulo ponderou aqui, talvez tenha que explicitar mais a motivação, porque se a gente olha o calendário, por exemplo, de reunião do comitê considerando que o comitê vai ser empossado. Então, você termina o processo seletivo do MNPCT em abril e a próxima reunião do CNPCT, se tudo der certo, é em junho. Ou seja, você tem, pelo menos, seis meses de buraco no MNPCT e o MNPCT trabalha em equipe, não é uma perita e um perito para cada. São, normalmente, três peritos e peritas para fazer uma vistoria, estabelecimento num estado e tal. Então, eu acho que a gente poderia justificar, inclusive, nesse sentido, uma justificativa breve, falando de que não pode ficar tanto tempo essa vacância, entendendo a importância de continuidade do trabalho do MNPCT, eu acho que essa justificativa, a gente acrescentando isso, acho que resolve, agora, a prorrogação, de fato, se a gente for propor uma consulta a CONJUR/MDH, pela demora e incerteza que isso significa, nós não vamos resolver isso e o MNPCT vai ficar sem perita e perito. E de fato a gente não tem certeza ou um compromisso dos representantes do governo com relação a data de designação e posse dos representantes da sociedade civil eleitos para o próximo mandato do CNPCT. Então, continuo defendendo a resolução de recondução, como uma medida drástica sim, mas totalmente necessária e eficiente nesse momento de incertezas sobre o futuro do CNPCT e do MNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Obrigada, Lena. Eu estava inscrita. Eu queria começar as minhas considerações recordando a confecção, tanto o nosso trabalho que a gente teve na época dessa lei na aprovação do Congresso, quanto posteriormente, a confecção do Decreto. E uma das questões que a gente tinha muita preocupação, que era, por exemplo, os peritos são nomeados pelo Presidente da República, principalmente por parte das organizações da sociedade civil do antigo comitê, que defendiam dentro do Congresso Nacional, que essa nomeação</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>pelo Presidente não fosse feita de qualquer forma, que se tivesse, então, um processo de organização mínimo, participação pública, transparente. Nesse sentido, restou aprovado na legislação que o CNPCT seria responsável pelo processo de escolha dos peritos do MNPCT, por meio de seleção pública baseada em alguns critérios predefinidos, como notório conhecimento e formação de nível superior, atuação e experiência na área de prevenção e combate à tortura. Dessa forma, gostaria de pudessem incrementar na justificativa da resolução, como a recondução proposta observaria os critérios para ocupar o cargo de perito previstos na legislação aprovada. Além disso, para já encaminhar para minha conclusão, eu gostaria de perguntar se os peritos aqui implicados na recondução foram consultados, se todos gostariam de ser reconduzidos em seus cargos? Não sou contra a recondução,</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): A reflexão que é uma questão de ordem também, mas eu acho assim, a gente não pode se perder, eu acho, Expedito, o que nos une é o que nos preocupa e o que a gente deve zelar. O que nos une, o que nos preocupa é a ruptura da continuidade. E a gente não está aqui de aventureiro, porque a gente tem a linha de base do que já aconteceu. A incongruência e eu fiquei sensível em relação a esse argumento seu, a incongruência, eu acho que ela está afastada. Eu acho que a incongruência não impossibilita de que o tecido social e a dinâmica política sempre tenha contraditórios, eu acho que a gente está numa situação de contraditório, mas de incongruência, não, porque a nossa congruência é de continuidade, para que a gente não se perca no meio e no método, para que a gente possa assegurar a continuidade e o fim que é... eu acho que quando estou aqui, mesmo não conhecendo tanto a lei que define e que orienta a existência do comitê, parece que a única coisa que eu entendi, por exemplo, é que o comitê é responsável pela seleção ou então por algo que diga assim "são esses os profissionais, são essas as pessoas que vão compor o comitê", então, eu acho que não há nesse sentido um contraditório de que a gente não está se atropelando e se arvorando a algo que não é a nossa competência. Acho que também tem que ter uma coragem, ou então a gente pensar nessa coragem política no momento que é, se for errado, as instâncias cabíveis vão dizer, vocês estão errados, vocês estão equivocados, vocês não poderiam ter feito isso. Agora, na intenção da continuidade e da coisa pública, eu acho que a nossa preocupação legítima a contradição, mas não acho que nós estamos incongruentes com os nossos princípios.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Questão de ordem para parar a reunião aqui e a gente voltar amanhã, todo mundo com a cabeça mais fria, para aprovação e publicação do encaminhamento.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Olha só, eu gostaria, acho que várias pessoas se inscreveram e eu acho que a gente precisa escutar as considerações de quem está aqui. Infelizmente, o MNPCT não pediu um ponto de pauta às 17h para que todos pudessemos ir para a reunião e para o lançamento do relatório. Isso não foi apresentado na reunião da Mesa Diretora do CNPCT, eu lamento muito se estou sendo dura com o MNPCT, mas não foi apresentado. Eu acho que uma vez que isso foi proposto pelos colegas que quem puder continuar nessa discussão, por favor, fique, porque eu acho que é muito importante.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Henrique Apolinário (CONECTAS): Tenho que ir para o evento, porque estou na mesa, mas vou fazer uma fala bem rápida. Primeiro. Sou plenamente a favor do que está sendo discutido aqui dessa resolução, são tempos excepcionais, eu não acho também que há uma incongruência, eu acho que a lei é bem clara em deixar para o CNPCT decidir sobre essas questões, decidimos de um jeito ano passado com discussões muito ricas, nada impede que mudemos nossa opinião esse ano e eu acho que esse colegiado faz o controle desse tipo de mudança de opinião, que não vai ser algo completamente arbitrário, mas que vai ter algum tipo de princípio por trás ou que vamos ter, que vai haver uma fundamentação, eu acho que a força do colegiado garante isso. Eu mesmo que ano passado defendi a não recondução para ter cada vez mais abertura de processo seletivo e a oxigenação de um órgão tão importante, participei da seleção esse ano em abril, foi uma semana extremamente árdua para seleção de cinco peritos e seus suplentes, numa eventual vacância. E uma coisa que eu senti muito foi que, de fato, nós precisamos de regras específicas para recondução, diferentes daquelas de um processo seletivo normal (para pessoas que não estão atuando como peritos), inclusive a gente pode regulamentar isso com mais calma em outro momento. Mas eu acho que tem que ser uma discussão caso a caso aqui nesse comitê, porque, realmente, ficou uma coisa muito, não sei se surreal, mas um pouco esdrúxula aos próprios peritos que já são membros do MNPCT lutando por uma recondução junto com outras pessoas no edital aberto, ficou bem esquisito mesmo, porque as perguntas era bem difícil alcançar algum tipo de justiça nisso, então, acho até que a gente vai ter que mudar isso de qualquer maneira e nesse caso concreto, como a gente está aqui, pode ter um voto de confiança nesse comitê, nos peritos que já estão no MNPCT, que poderiam ser reconduzidos, nesse momento especial.</p> <p>Paula Jardim (ISER): Eu acho que quando a Karol traz a questão do Decreto, da transparência e da ampla divulgação, eu acho que se a gente faz uma resolução explicitando os motivos pelos quais a gente quer fazer esse processo dessa forma, e aí, eu acho que talvez esteja faltando na Resolução explicitação dos motivos, porque, realmente, a gente não colocou, eu acho que dá para dizer o motivo político, até porque o futuro presidente coloca que ele é contra os direitos humanos. Enfim, eu não sei se essa seria a justificativa, mas eu acho que gente pode elaborar algo nesse sentido. Então, terá transparência e terá a divulgação da nossa decisão, se for o caso do pleno, então, acho que não vai ser um processo às escusas. Segundo ponto que a Karol colocou, caso os peritos, atualmente, que estão para sair não queiram ser reconduzidos, existem os seus suplentes que a gente poderia convidar para poder assumir. O terceiro ponto é que eu acho que, de fato, a gente não deve abrir mão do nosso edital, eu acho que o edital a gente construiu com muita discussão, muita luta, inclusão de pautas importantes, como as cotas e eu acho que a gente não deve abrir mão, mas excepcionalmente a gente está num momento que exige da gente uma agilidade e uma garantia. Então, por isso eu sou a favor e queria saber se é possível, já que eu preciso sair e fazer uma declaração de voto. Não? Não é possível isso? Então, eu manifesto, já que não posso votar, eu manifesto a minha concordância para deixar registrado como ISER e com essa Resolução para recondução e, por último, já que o ISER não foi selecionado para continuar compondo o comitê, gostaria de agradecer a todos e a todas a</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>possibilidade de estar aqui e dizer que a gente continua na luta de outro lugar, mas pelo respeito aos direitos humanos e às pessoas privadas de liberdade, seja em qual estabelecimento for e é isso aí. Boa tarde.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): Então, companheiros e companheiras, eu também estou sendo cobrado aqui, estou na mesa de um lançamento do relatório, portanto tentaria ser breve. Eu acho que não existe uma saída fácil, não existe uma saída sem contradições, não existe uma saída sem as incongruências que a política, que o contexto político nos impõe. Acho que tem algo que nos une aqui, porque, embora estejamos em locais diferentes, de representações do governo, de representações da Sociedade Civil, acho que o desejo pelo fortalecimento, do MNPCT, do sistema nacional de prevenção e combate à tortura é algo que nos une, algo que ainda une essa composição. Provavelmente, uma eventual composição posterior não nos unirá, nós não estaremos unidos, a Sociedade Civil e as representações do governo. E esse princípio me faz fortemente e de forma não confortável, porque também há contradições nos processos anteriores, do que foi debatido, do que foi discutido, mas a decisão política, que esse momento grave, dramático nos impõe é no sentido de não permitir, de não dar a brecha possível para esse novo governo desmantelar, desconstituir o funcionamento e a atuação do MNPCT. Se nós já tivemos problemas em governos anteriores, seja em relação ao funcionamento do CNPCT e do MNPCT, tanto governos petistas, mas principalmente no governo Temer, mas eu acho que o que se avizinha, realmente, é um anúncio declarado de desmantelamento da política de direitos humanos no país e acho que a política de prevenção e combate à tortura. Então, em face desse quadro dramático, grave, eu me posiciono e manifesto um posicionamento favorável a recondução. Pelas falas anteriores me parece que o problema maior seria uma maior explicitação dentro do documento dos motivos que levam o CNPCT a tomar decisão, qualificando melhor o texto da justificativa ou da exposição de motivos.</p> <p>Andrey Lemos (Ministério da Saúde - MS): Boa tarde a todos e todas. Eu queria só fazer, trazer alguns pontos para nossa reflexão. Acho que, primeiro, a gente lembrar de algumas questões. Acho que quando a gente fala de administração pública, a gente precisa lembrar de quais são os princípios que regem o serviço público e os princípios da transparência e da impessoalidade, na medida em que as decisões são tomadas num colegiado que tem representação de Governo e da Sociedade Civil, me parece que esses princípios estão sendo respeitados. Eu acredito e quero continuar acreditando que as pessoas estão aqui, porque têm um compromisso com essa pauta, porque reconhecem a importância desse trabalho e porque reconhecem também a força e a representatividade dessa instância. Assim como está na lei, de que esse comitê é um colegiado que vai definir, que vai aprovar as questões relacionados ao trabalho do MNPCT, nós ainda estamos num processo de sociedade democrática, onde todo colegiado diretivo tem a prerrogativa de definir no seu pleno, na sua assembleia geral, na sua reunião ordinária, prorrogação de mandato. Na minha opinião, a Resolução se justifica. Embora talvez seja o caso de acrescentar um parágrafo falando que o CNPCT preocupado com a qualidade dos trabalhos, reconhecendo que nos três primeiros meses, todos os espaços de governo têm redução orçamentária, não vai conseguir chamar novas</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>reuniões, vai ter dificuldades e a importância da continuidade desse trabalho justifica de que o CNPCT resolve prorrogar ou reconduzir o mandato dos peritos do MNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu acabei não abordando um ponto que o Expedito e a Mariana mencionaram em relação à prorrogação do mandato seja dos membros do CNPCT ou dos peritos do MNPCT, isso não consta na lei, não tem nenhuma previsão. A previsão que tem é a recondução. E o nosso entendimento formado ao longo desses anos é que a recondução deve se dar pela participação do perito em novo processo seletivo aberto a todos os interessados.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Apesar de toda a nossa agonia e inquietação, já quero deixar consignado o meu apoio a essa resolução, por ser uma forma realmente de minimamente conseguirmos dormir de forma pacífica com relação a tudo que nos une, que é a defesa à dignidade, que são os direitos humanos, a situação carcerária no Brasil. Mas eu quero lembrar que o CONATRAP, que é o Comitê Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, passou por um processo muito inquietante também, que foi a opção pela recondução dos seus membros no final de 2015 e houve, inclusive, uma consulta a CONJUR/MJ bastante intensa e depois desse período de recondução daqueles membros, aí sim, nós conseguimos uma eleição complexa que foi uma eleição nacional. Lógico que não é a mesma coisa, é totalmente diferente, mas são possibilidades que aparecem diante de grandes dificuldades e o que nós estamos vendo são dificuldades reais postas para pessoas que são do movimento social, que são pessoas que ficam muito inquietas com bastante insegurança em relação à permanência de políticas públicas que foram duramente conquistadas e que por mais equivocados que esses encaminhamentos sejam compreendidos, ainda assim, eles são válidos dentro do nosso ponto de vista, que é da garantia mínima daquilo que nós já conquistamos.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Eu informar que existe um parecer da AGU de 2017, respondendo a uma consulta da CGCT à respeito da recondução de peritas e peritos, que em um dos seus trechos diz o seguinte: “O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura a seu cargo, segundo critérios de oportunidade e conveniência, atrelados ao interesse público definirá como serão os procedimentos para eventual recondução do membro ao cargo por meio de condução direta ou da sua participação em processo seletivo mais amplo, cabendo a prévia designação dos critérios de escolha”. Então, se o parecer da AGU não vê nenhum problema na recondução, acho que nós estamos amplamente amparados judicialmente e ele pode ser utilizado na justificativa da resolução. E eu queria sugerir agora, já encaminhando, para a gente colocar em votação, porque eu acho que nós temos quórum para isso e eu não acho que esse assunto não deve ficar para amanhã, porque, afinal de contas, ficamos a tarde inteira discutindo isso e eu acho que a gente tem que finalizar esse processo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): – Todos de acordo com a votação? O quórum oficial é 14 pessoas para votação... (intervenção feita fora do microfone). Não. É o quórum oficial.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Acho que a gente deve fazer o debate com os demais.</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Não tem ninguém do governo aqui. Aliás, tem um companheiro de saúde... (falas sobrepostas). Nós não estamos aqui num momento de sangria desatada. Eu defendo que a gente continue amanhã e precisamos conversar ainda durante a noite que a melhor coisa é essa.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Assim, a luz do que a gente já conversou, especialmente, com esse parecer que os colegas apresentaram, eu gostaria de votar, se a gente vai botar o texto em votação, já com esses ajustes incluindo a remissão ao parecer nos considerados da resolução. Ele foi um insumo bem importante, eu acho que vai nos ajudar. Eu acho que falta isso e, também eu me sentiria mais confortável de saber se os peritos implicados nessa decisão pela recondução têm interesse e disponibilidade para cumprirem um novo mandato.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu acho que cabe, vocês querem votar hoje ou vocês querem votar amanhã? Fica a critério do coletivo, Marcelo. Eu tenho a minha posição que todos já sabem, mas fica a critério do coletivo. Todos de acordo com a votação hoje?</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Não, não. Eu não estou de acordo, sou contrário à votação hoje. Sugiro a votação amanhã.</p> <p>Antônio Valadares (GTNM/BA): Eu também sugiro que seja amanhã. Inclusive, também, por causa dessa questão do quórum, porque, se depois, ainda mais que transmitido tudo que tem, não teve quórum e votou, numa posição dessa de natureza polêmica, eu acho que é ruim. Mesmo que a posição aparentemente está sendo majoritária, essa que foi colocada, mas eu acho que a gente precisa ter um certo cuidado também com isso. Pode prejudicar mais do que tudo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Outros colegas de acordo para mudança para amanhã, então, no lugar da votação hoje? Está certo. A minha sugestão, então, é que a gente volte exatamente para esse ponto amanhã às 9h e que caia então a pauta do projeto Carcerópolis. Muito obrigada pelas discussões de hoje à tarde, agradeço a participação de vocês e voltamos amanhã às 9h. Obrigada.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Passando, então, para o ponto que a gente acordou ontem em reunião. Ontem, no período da tarde foi apresentada uma proposta de resolução de forma a reconduzir automaticamente quatro peritos do mecanismo nomeadamente o Lúcio cujo mandato termina agora em dezembro, Ribamar, Deise e Luís Gustavo, cujos mandatos terminam no próximo ano em março. Tivemos algumas discussões em relação à oportunidade e a conveniência em relação a essa decisão. Ontem, já estávamos encaminhando para votação e alguns membros solicitaram, então, que a gente fizesse essa conversa, esse diálogo agora pela manhã. Eu gostaria de saber se algum colega gostaria de se manifestar em relação a essa questão, a gente retomar os debates e encaminhar também para a votação. Algum colega gostaria de manifestar? Lena.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Vou retomar aqui o parecer da AGU feito ano passado a pedido da coordenação de combate à tortura, portanto, pelo Governo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Você pode passar a data desse parecer, por favor?</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Maria Elena (Justiça Global): 17/03/2017. Inclusive, vamos anexar ao documento esse parecer da AGU. O parecer, assim, a AGU foi provocada pelo governo justamente sobre essa questão da recondução automática. Então, assim, pelo parecer, diz que a recondução é um processo diferente do processo de seleção, que foi um pouco o que o Henrique colocou ontem, da dificuldade de você avaliar peritos e peritas que já estão no cargo juntamente com pessoas que estão querendo ingressar.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu gostaria só de fazer um adendo em relação a esse parecer, a gente conseguiu localizar, esse parecer foi feito na oportunidade para pensar a seleção dos peritos numa vez que dois mandatos finalizaram em março de 2017, que foi a prévia da seleção feita em que Valdirene Daufemback e a Ana Cláudia Camuri foram selecionadas. Para não ficar só numa questão do Governo, no documento em que foi feito o pedido do parecer, vou ler aqui com vocês para ficar a referência. É um memorando que eu assinei direcionado à assessoria jurídica aqui desse Ministério. Outra coisa pra esclarecimento, ainda que a consulta tenha partido da CGCT, essa consulta foi feita a partir do pedido da Mesa Diretora à época, com intuito de subsidiar o pleno aqui do CNPCT. O parecer está projetado ali na tela. Quem já quiser fazer a leitura nesse momento. Eu queria consultar, então, se a gente pede a participação dos quatro peritos para anuência deles aqui no registro mesmo público.</p> <p>José Ribamar (Perito MNPCT): Eu acho que aí entra uma série de componentes, entre eles a suspeição de quem quer que agora se manifeste. Eu, por exemplo, me julgo meio suspeito de se há juiz que não saiba o que é suspeição, se há ministro do STF que não sabe o que é suspeição, eu, por exemplo, visitei Pedrinhas e não entrevistei aquelas pessoas que eu tinha denunciado como ouvidor, porque eu me julguei suspeito para fazer isso. Ou seja, há uma dimensão nessa consulta que gera suspeição, nós temos como parte interessada. Mas mesmo considerando isso eu acho que tem que ter, acho que é legítimo perguntar isso.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu entendo o zelo, mas eu acho que isso não deve travar a discussão e deliberação da recondução, isso, em tese, no meu entendimento, isso não deve travar a recondução. Se o sujeito declinar da recondução, isso não vai ser feito, <i>ypsum factum</i>. Então, só para fazer a consideração, eu entendo o zelo, mas eu acho que o zelo não deve travar, como fala? A apreciação da matéria da resolução.</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): Marcelo, eu entendo que a lógica está inversa, porque a premissa para a pessoa ser perita do MNPCT é ela querer ser perita, candidatar. Ontem, eu não participei dos debates ali, mas eu já registro que eu me alinhei ali à posição do Expedito, de que nós tivemos um debate todo sobre esse assunto aqui durante um bom tempo. Então, o requisito é a pessoa manifestar “olha, eu quero ser perito do mecanismo”, então, só depois disso, apresentando, inclusive, a documentação, então, se não tem essa manifestação inicial nós não podemos nem apreciar.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu tinha tido entendimento nítido que não poderia haver nada na conduta, no exercício da função, da atividade que desabonasse, eu</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>entendi que isso era um critério pétreo para poder proceder a recondução, não havia compreendido de que teria que ter a aquiescência antes para proceder. Então, aí, eu coloco em dúvida, dúvida da ignorância mesmo, viu, Sávio?</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): Claro. Eu entendi. Mas de qualquer forma entraríamos naquele debate ontem que o Expedito começou a externar aqui. Então, acho que caberia num outro momento com o tempo maior a gente fazer esse debate.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Jamais, em tempo algum, quem luta contra formas de violência institucional pode, então, de alguma forma, mesmo tergiversando pode correr o risco de alguma situação, de constrangimento ou então alguma questão que coloque a pessoa em serviço numa situação delicada... (falas sobrepostas).</p> <p>José Ribamar (Perito MNPCT): Acho que existe suspeição, porque nós peritos somos partes e parte interessadas nesse caso, qualquer que seja o nosso parecer, ele vai estar, de certa forma viciado por ser parte interessada.</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): Mas vocês, por serem partes interessadas, não participam desse processo aqui, que é... (falas sobrepostas). Na verdade, o que a Karol pediu foi a manifestação de quem estaria nessa situação de término de mandato e manifestação, “pretende continuar no mecanismo?” com essa manifestação preliminar, o pleno vai analisar a possibilidade de recondução fora do processo seletivo, é só isso e não teria a participação de outros integrantes do mecanismo para gerar essa suspeição é claro.</p> <p>Andrey Lemos (Ministério da Saúde): Mesa, eu acho assim... sou Andrei, Ministério da Saúde. Ontem, nós fizemos uma tarde inteira desse debate e a questão era se era legal ou se não era legal, se estava previsto em lei ou se não estava previsto em lei. Apareceu-se um parecer da AGU que eu, de fato, quero ler, estou aqui aguardando e agora aparece uma nova proposta de discutir rito. Na minha opinião, a gente está discutindo rito, se tem que ouvir primeiro, se não tem que ouvir. No meu entendimento, as pessoas que se candidataram para um processo seletivo é porque elas querem trabalhar nesse espaço, nessa função. Mas condicionar aqui agora a decisão do pleno a ouvir os peritos do MNPCT, na minha opinião, é, no mínimo, um constrangimento e eu concordo plenamente com o que Ribamar colocou, independente da posição deles, é uma posição viciada, porque é parte interessada.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Concordando com Andrei e dizendo que esse é um falso dilema para protelar a decisão que já deveria ter sido tomada ontem, então, acho que a gente tem que parar com essa... ora, o Ribamar foi claro, não pode a parte interessada manifestar, não é isso que nós estamos apreciando aqui, é uma resolução e se a pessoa quiser ou não ser reconduzida é um problema dela, entendeu? E depois o comitê mais para frente vai decidir um outro processo seletivo se ela não quiser ser reconduzida. Agora, me parece muito coercitivo querer condicionar a manifestação de peritas e peritos à avaliação da resolução, gente. Eu concordo com o Andrei, nós temos que, as pessoas que têm dúvida podem ler a resolução toda que ela dá o embasamento jurídico, que a dúvida toda que surgiu</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>ontem e vamos à votação, não vamos mais ficar, perder mais um dia com isso.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Bom dia, gente. Eu acho assim quando a gente participa de um processo seletivo, a gente coloca a nossa vontade em jogo. Quando a gente quer continuar permanecendo esse cargo, a gente também, porque é um cargo de exoneração, mas eu não vou criar nem confusão, acho que a gente pode botar um dispositivo na resolução que coloque essa condicionante, que a recondução será efetivada a partir da declaração.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Bom dia a todos e todas. Muito bem. A minha posição pessoal ontem já expressei e da Central Única dos Trabalhadores que eu represento aqui. Também vou concluir, aos final da minha fala expressando qual é a nossa posição. O parecer da AGU é um parecer muito complexo, muito completo, pode ler, vamos ler direito o parecer para vocês observarem que a rigor, a rigor, mais está dito aí que tem que ter mecanismo de aferição, de avaliação dos atuais para reconduzilos do que outra coisa.</p> <p>Tatiana Bianchini (DPU Convidado Permanente): Bom dia a todos, eu sou representante da DPU, colegas aqui, muito satisfeita de estar aqui nesse debate com vocês e assim, eu vi o representante do MNPCT se não me engano inseguro, se poderia, se estaria, como se diz? Se haveria uma questão de suspeição. Na verdade, eu fico pensando que tem que se levar a debate tudo, mas eu acho que a questão aí seria assim, manifestar interesse a caso o comitê queira conduzir, acho que não seria dizer, “não, me coloquem” seria importante dizer assim, porque não faz sentido essa discussão toda se vocês não quiserem, mas seria dizer, “eu tenho interesse caso queiram me reconduzir e pronto” não seria assim, na minha visão, acho que seria um pré-requisito, qualquer cargo que você vai ocupar alguém te pergunta antes se você quer, não vai, não existe essa possibilidade, até para vir aqui como representante da DPU antes me perguntaram, “Tatiana, você quer?” aí, passaram meu nome. Seria... acho que seria assim, seria esse ponto, seria uma manifestação de interesse em uma eventual recondução, não teria, é mais ou menos isso, só para...</p> <p>José Ribamar (Perito MNPCT): Pessoal, não se trata de constrangimento e eu não estou apelando para o senso jurídico dos juristas, eu que não sou jurista, com a minha vã filosofia, eu estou indo à concepção do termo, filosoficamente falando. Nós somos parte interessada, em princípio, todos nós queremos, quem não queria? E pela consulta que eu já fiz aos quatro, todos são favoráveis. O que estou querendo dizer é que a gente não pode ser casuístico, e por isso eu acho que resta prejudicada esta consulta, porque em princípio todos querem.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu consulto, então, se os colegas podem passar o texto aqui para a última leitura e a gente procede a votação, todos de acordo.</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): Mas eu vou levantar uma premissa aqui. Nós estamos trabalhando numa questão jurídica, é um ato, isso é um ato formal jurídico. Então, por isso que foi levantado, a colega da DPU colocou muito bem. Então, se está sendo externado que todos tenham interesse, eu sei como representante do mecanismo, estar externando para o pleno que todos têm interesse na continuidade da atividade, isso vai ser levado já como consideração, nós temos aqui o Lúcio aqui</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>que pode externar por conta própria e eu acho que aí, Karol, levanto uma questão aqui, nós temos que fechar o pleno do comitê para essa votação, sem a presença do mecanismo, como foi feito em outras situações, porque aí sim levantaria um vício nessa votação, porque mecanismo é interessado e não pode participar da votação do comitê, perfeito?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Pessoal, pessoal. Considerando, que o Ribamar já deu anuência em relação aos quatro peritos, consulto de alguém tem alguma outra manifestação, aí, solicitamos, então, a retirada dos peritos de forma que a gente possa proceder a leitura e a votação, agradeço a participação dos colegas. Vou fazer a leitura. Se tiver algum destaque a gente vai marcando.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Lembrando que tem uma proposta apresentada por mim dessa relação simplificada. Eu não formulei escrita, mas eu fiz verbalmente.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então, temos duas propostas para votação, a primeira do Expedito que seria a realização de uma seleção simplificada, que ainda não temos o texto final. E a segunda proposta é a recondução dos peritos do MNPCT em final de mandato, capitaneada pela RENILA, IBCCRIM e Justiça Gobar, ANCED, CONECTAS, ISER, ASBRAD e SMDH, a partir do texto da resolução em revisão.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Só para esclarecimento e instrução do voto na nossa proposta. Ficou bem claro no pronunciamento da AGU e qualquer coisa contrária é uma tentativa de <i>miss information</i> de uma informação falsa, não é verdade que a recondução não estabeleça critérios. A AGU está bastante clara. A partir do... é para instrução do voto. A AGU diz bastante claro, se faz o ato de recondução e parte do ato da recondução, o pleno que define aí a resolução, se for por uma resolução, o pleno define os critérios desta recondução como uma seleção interna. Então, é só que isso fique claro, não há uma brecha para se o servidor, no caso, se a pessoa que está prestando o serviço, que foi selecionada anteriormente, se ela não teve uma conduta ou se ela teve uma conduta que desabone ela. Então, os critérios serão feitos, é só para instrução disso, quer dizer, não é um ato automático que diga assim “mesmo que o sujeito tenha feito um ato ruim durante o seu exercício, esse sujeito está reconduzido automaticamente” está bastante claro naquele documento da AGU, porque eu acho que isso pode interpor, quer dizer, pode parecer como se a gente quisesse, quem está assinando o encaminhamento da Resolução, como se a gente não tivesse critério para recondução e a própria AGU instrui e diz, deve haver critérios para esse processo que não é um processo seletivo por edital, mas não é sem critério.</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): Perfeito. Então, seguindo o parecer da AGU, que critério nós estamos utilizando para recondução?</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Isso é uma segunda questão, é depois... esse critério deve, segundo a instrução da AGU, tem que ser estabelecido na resolução.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu queria ofertar para o Expedito a possibilidade de fazer uma fala para instruir o voto na sua proposta de um edital de seleção simplificada.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Expedito Solaney (CUT): Muito obrigado. Muito justo, muito democrático, muito republicano. Eu queria dizer primeiro que estou sendo coerente, exatamente com isso que o companheiro falou. Esses critérios e o critério vem a partir do princípio central da administração pública, ou seja, moralidade, lisura, imparcialidade, legalidade, publicidade. E a forma de atender tudo isso é um edital simplificado, garantindo a isonomia que todos possam se inscrever conforme foi palco de debate desse comitê aqui lá atrás quando também tinha tentativa de reconduzir automaticamente que nós fomos contra, que quem era a favor, hoje, é contra e quem era contra é a favor, enfim. Nós continuamos no mesmo campo, sempre fomos contra e com muita coerência, inclusive, Jô, me lembro bem de Jô da sociedade maranhense foi muito radical ao não admitir a recondução automática por uma série de questões, de critérios e do que... da preservação dessas garantias da administração pública, porque, veja, é estado, aqui é estado, não é período aqui, um momento, isso aqui é o estado, nós estamos fazendo história nesse momento e esse momento aqui agora vai ser história, nós temos que ter muita coerência com isso. Absolutamente, dentro, nós estamos reforçando que o mecanismo é estado. Se o próximo governo quiser destruir, ele vai pagar caro por isso com a história dele, mas é o estado, por isso que eu defendo a seleção simplificada para recuperar o tempo que nós perdemos, desde agosto nós poderíamos estar com esse edital, com o edital certinho como foi todos os demais, empurrando para setembro, não conseguimos, porque para quatro vagas, nós queríamos colocar todas as questões. Então, de forma muito equilibrada, muito sóbria, muito coerente com os meus princípios, eu peço o voto e a coerência na seleção simplificada para que a gente apresente essa seleção até o final, até o início da próxima semana, é possível fazer isso com essas garantias do que está escrito na observação, na consulta feita pela Advocacia Geral da União, atendendo o que está escrito aqui, inclusive, no sentido das recomendações desse parecer. Então, eu peço que todos possamos, coerentemente, votar nessa seleção simplificada para recuperar o tempo perdido. E não cair no erro da recondução automática. Inclusive, é uma contradição no sentido de depois colocar as tais observações em depois.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): A primeira proposta é a seleção reduzida, proposta pelo Expedito da CUT. A segunda proposta é a resolução feita pela RENILA, IBCCRIM e Justiça Global, ANCED, CONECTAS, ISER, ASBRAD e SMDH. Coloco, então, em votação. Por favor, os membros efetivos do CNPCT a favor da primeira proposta de seleção simplificada, levantem as mãos. Então, só para registrar os votos: da CUT, GTNM/BA, Ministério da Defesa, CFP e Casa Civil. Membros a favor da segunda proposta de resolução para recondução dos peritos do MNPCT em final de mandato em dez/2018 e mar/2019, por favor levantem a mão. Então, só para registrar os votos dos representantes: da SMDH, Ministério da Saúde, Justiça Global, RENILA, ANCED, IBCCRIM, CONECTAS, CFOAB e Ministério do Desenvolvimento Social. Abstenções? Apenas a Secretaria Nacional da Cidadania. Então, tendo em vista a votação, a proposta vencedora com maior quantidade de votos favoráveis é a resolução para recondução dos peritos do MNPCT. Podemos proceder à análise e aprovação da redação final da resolução?</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Podemos! Mas antes, se me permite, Karol, eu</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>gostaria de destacar alguns trechos importantes do parecer da AGU.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu só queria que a gente tivesse o texto da resolução fresco na nossa cabeça e depois a gente passa para a leitura dos trechos considerados importantes no parecer da AGU.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): A contextualização, na verdade, essa citação que é colocada no documento da AGU e tem um considerando que eu gostaria que você destacasse que “considerando a avaliação e o monitoramento...” esse daí “realizado no último biênio”.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Só para esclarecer essa questão dos critérios, o que a resolução da AGU coloca lá no item 25, a seleção é um procedimento que se dá posteriormente ao procedimento da recondução, ou seja, a gente reconduz e depois avalia e analisa se o membro ainda possui os critérios objetivamente aferíveis como da sua nomeação inicial, ou seja, na nomeação inicial a gente estabeleceu algum critério ou edital, o que quer que seja, então, a gente vai ter que usar aqueles critérios para perceber se ele ainda cumpre ou não. Então, a gente não precisa perder tempo criando critério, fazendo resolução anterior. Eu acho que a gente pode reconduzir e depois a gente constrói um processo de avaliação e de análise.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu me sinto contemplado aí no esclarecimento, eu não tinha percebido.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Só para dizer o seguinte, acrescentando um pouco ao que o Xavier colocou, mas dizer o seguinte, que nós desde que assumimos aqui no CNPCT, peritas e peritos apresentam relatórios, pelo menos, em toda sessão a gente tem apresentação. Então, eu acho que a gente, de certa forma, nesse período todo, a gente conseguiu avaliar também o trabalho desses peritos e peritas, porque, afinal de contas, eles expuseram os relatórios, nós discutimos os relatórios.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Gente, então assim, tentando encaminhar algumas coisas que a gente está considerando aqui, eu acho, então, que vale a pena à luz desse dispositivo do parecer e para a gente tentar amarrar juridicamente a resolução, é colocar essa questão da permanência do cumprimento dos critérios da seleção que o nomeou inicialmente. Talvez, abrir um outro parágrafo e falar “a recondução está, enfim, condicionada” ou o ente pode usar outro verbo “a”, aí, eu abriria duas alíneas, a permanência do cumprimento dos critérios objetivos do processo seletivo que o perito participou e alínea b, a declaração manifesta do perito de interesse da continuidade na recondução. A gente botaria um dispositivo com essas duas alíneas.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Se você me permite? Será que talvez não fosse, talvez também pudesse, quem entende mais de resolução, aquela citação do documento da AGU pode vir antes, porque no final das contas, o que você está especificando é o que já está colocado no parecer.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Mas é considerando, não tem efetividade jurídica, entendeu? A recondução está condicionada à permanência do cumprimento dos critérios objetivos, vou usar até o mesmo termo que o colega da AGU colocou. Os critérios objetivos, ao cumprimento dos critérios objetivamente aferíveis quando da</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>nomeação inicial do perito. E bota ponto e vírgula aí. A manifestação expressa de interesse na recondução. Manifestação expressa do perito de interesse na recondução.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Mariana, se você me permite, eu acho que pode ser um outro português, porque a manifestação é declaração, talvez, anuência ou aquiescência, porque, na verdade, ele vai ser reconduzido, mas se ele disser “eu não quero ser reconduzido” a gente não pode fazer nada. Então, acho que é anuência. Aquiescência é concordância, não é?</p> <p>Antônio Valadares (GTNM/BA): Eu tenho algumas sugestões de alteração de texto. O primeiro na introdução estabelece a recondução imediata, eu retiraria a palavra imediata e colocaria estabelece a recondução dos mandatos dos quatro peritos em exercício do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura, a partir da expiração dos seus respectivos mandatos em dezembro e março.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Perfeito, então, na verdade, Valadares, porque aí cria uma congruência também com o início da resolução que no início da resolução fala quando vai expirar, então, na verdade, quando a recondução vai acontecer para não expirar. Então, tipo, a recondução passa a não ser imediata, mas ela tem que ser proporcional. Quer dizer, antes de vencer o Lúcio é reconduzido e depois quando for vencer os dos três outros serão reconduzidos.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito. A minha sugestão é que a gente encaminhe, então, para votação da resolução, da adesão da resolução.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Esclarecimento também, porque a gente teve duas votações, essa vai ser a segunda. Você pode, por favor, dizer qual foi o <i>score</i> da primeira votação que a gente já procedeu?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Elias, você pode fazer o registro, por favor?</p> <p>Elias Sousa (CACNPCT/MDH Secretaria-Executiva): Só o número ou que liste? Se for o número, a proposta 1, cinco votos e a proposta 2, nove votos. E uma abstenção.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Podemos proceder a segunda votação. A sugestão da mesa é que a gente faça, então, a votação quanto a redação da resolução aprovada já com os ajustes discutidos e acordados no pleno.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Tinha uma questão, na verdade, acho que foi o Sávio ou Expedito que colocaram isso, que se viesse a resolução seria esse rol dos quatro ou se a gente faria recondução somente daquele que em dezembro finaliza.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): O Sávio saiu. Então, aí também é difícil ficar defendendo proposta do colega que não pode ficar na reunião. Podemos proceder à votação? Está em votação, então, a adoção da resolução com o número a ser definido posteriormente. Os colegas que estão de acordo com a redação final da resolução de recondução dos peritos do MNPCT, por favor, se manifestem levantando a mão. Então, para registro em ata votaram a favor: MDS, SMDH, Ministério da Saúde, Justiça Global, RENILA, ANCED, IBCCRIM, CONECTAS e CFOAB. Pedimos, então, para os colegas que não são favoráveis à redação final</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>dessa resolução se manifestem levantando a mão. Não foi registrado nenhum representante que votou contra. Colegas que se abstêm dessa discussão: Casa Civil, CUT, GTNM/BA, SNC/MDH e CFP. Elias, você pode me falar o número final, por gentileza?</p> <p>Elias Sousa (CACNPCT/MDH Secretaria-Executiva): Nove votos a favor, nenhum voto contra e quatro abstenções.</p> <p>Andrey Lemos (Ministério da Saúde): Eu quero pedir declaração de voto.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Considerando que a resolução foi adotada por maioria, eu consulto os colegas se há necessidade de fazer declaração de voto e se depois podem nos ajudar encaminhando a declaração por escrito para ficar o registro. Algum colega que gostaria de fazer o registro da declaração de voto?</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Não. Eu quero registrar em que momento você pede declaração de voto e a mesa, que é antes da votação e a declaração de voto é sempre para quem se abstém. Você pode até declarar voto, mas tem que pedir antes. Diplomáticamente, aqui, obviamente, podemos ouvir a declaração de voto do companheiro Andrei, do Ministério da Saúde.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então, considerando a votação, a resolução é adotada por nove votos à favor, nenhum contra e cinco abstenções, consulto na medida em que estamos aqui, de forma democrática, republicana, se algum dos colegas gostaria de fazer alguma manifestação em relação ao seu voto. Andrei havia indicado.</p> <p>Natália Sanzovo (IBCCRIM): Houve um intenso debate, eu represento o IBCCRIM e conversei com eles bastante, queria deixar registrado que esse debate, essa construção, esse diálogo, foi importante até ter sido hoje a votação por conta disso, então, não era unânime também no instituto, então, acho que é importante eu constar essa decisão aqui hoje que o debate continua, inclusive, internamente, mesmo apesar da votação. E, queria só aproveitar a oportunidade para perguntar a questão da publicação, se a gente tem uma expectativa agora após a resolução aprovada, como são os próximos trâmites. Obrigada.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Uma vez a minuta aprovada aqui pelo pleno, a gente inicia os trâmites para aprovação e publicação do Diário Oficial da União (DOU). Como qualquer publicação no diário oficial, ela requer análise da CONJUR/MDH, uma vez devolvido com parecer favorável, ela encaminhada para Imprensa Nacional (DOU) e na sequência o MDH inicia os trâmites também para requerer o Decreto presidencial com a nomeação dos peritos reconduzidos.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Posso fazer uma pergunta? Qual é o tempo dessa burocracia? Porque a gente está, o comitê aprovou essa resolução, pelo menos, por maioria aqui, na expectativa que isso fosse publicado em dezembro, antes do término desse mandato, então, eu gostaria de saber a expectativa em dias, entendeu?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Normalmente, Lena, a CONJUR/MDH solicita 10 dias a menos para fazer a análise dos processos, mas a gente pode pedir que, então,</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>esse processo seja priorizado para a gente ter o retorno mais rápido possível.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Eu gostaria, considerando o final do mandato atual do comitê. Então, tem que ser publicado antes disso, não é?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): A gente pode argumentar essa questão na nota técnica para subsidiar o debate.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): Então, pela relação interna estabelecida entre os advogados da União, não haverá um parecer contrário que contraria um parecer anterior, não é? Então, eu coloco em questão, inclusive, a pertinência de ter que passar por esse procedimento de insubmissão à AGU, já que a gente já está seguindo de forma objetiva uma recomendação já estabelecida em parecer anterior. É uma dúvida, se a gente pode dispor desse fluxo relacionado à consultoria jurídica.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Todas as publicações em diário oficial, necessariamente deve ser subsidiadas por um parecer jurídico. Eu acho que é claro, uma vez, em havendo uma manifestação prévia, facilita o trabalho da CONJUR/MDH, mas é uma norma de publicação do diário oficial que saia a partir de uma manifestação jurídica.</p> <p>Tiago Ferreira (SMDH): Por uma questão de esclarecimento, inclusive, porque teve o processo da votação e eu absteve de falar. Para que pudesse, se tivesse dado continuidade à questão da votação, é só porque a Jô foi citada aqui e ela não está para poder se manifestar e eu enquanto representante da entidade preciso deixar claro algumas coisas para que não fique parecendo que é um discurso esquizofrênico. Eu poucas vezes me manifestei aqui e quando me manifestei foi muito com base em orientações que ela sempre me dá. A questão da SMDH ter votado em favor da recondução foi uma orientação dela, avaliando que, para esse momento seria necessário essa conduta. Em nenhum momento foi uma decisão que não passou por ela. A questão da recondução para SMDH nesse momento foi uma reavaliação no sentido de que se pudesse garantir os trabalhos do MNPCT e a SMDH também entende que em nenhum momento está sendo cometido alguma ilegalidade ou alguma ação arbitrária, existe um respaldo jurídico e existe uma manifestação que foi conversada e construída junto com a Sociedade Civil. Então, naquele momento, a Jô fez uma defesa com relação à essa questão da recondução, porque era um outro momento e para agora a SMDH votou com relação à recondução, porque entende que esse seria o melhor caminho para esse momento, é só para deixar claro e, inclusive, porque a Jô não está aqui para poder fazer a sua própria defesa.</p>		
Deliberação	1) Solicitar audiência da Mesa Diretora do CNPCT com o Ministro de Estado dos Direitos Humanos com seguintes pontos de pauta: 1) tratar das medidas e estratégias para agilizar o processo de publicação do decreto presidencial de designação dos representantes para Mandato 2019/2020; 2) tratar das medidas e estratégias para garantir orçamento suficiente para realização das atividades durante o Mandato 2019/2020; e, 3) tratar das medidas e estratégias para agilizar o processo de escolha e nomeação dos peritos do MNPCT selecionados pelo CNPCT, como forma de evitar a descontinuidade		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>ou deficiência dos trabalhos da equipe de 11 peritos nacionais.</p> <p>2) Considerando que não houve consenso nas discussões em relação a Proposta de Resolução para Recondução do Peritos(as) do MNPCT apresentada pelos representantes da JG e IBCCRIM, em conjunto com os representantes da CONECTAS, SMDH, ASBRAD, ANCED, RENILA e ISER, com a apresentação de uma proposta alternativa de “Edital Simplificado” pelo representante da CUT, a Presidência dos Trabalhos da 23ªRPO encaminhou a questão para deliberação, sendo apresentadas as seguintes propostas para votação:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Proposta I – Realização de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento das vagas dos peritos do MNPCT em final de mandato (dez/2018 e mar/2019), com a posterior discussão e aprovação da redação final do edital de seleção;b) Proposta II – Edição de Resolução do CNPCT para aprovar a recondução dos peritos do MNPCT em final de mandato (dez/2018 e mar/2019), com a posterior discussão e aprovação da redação final da resolução. <ul style="list-style-type: none">▪ Em regime de votação, os presentes se manifestaram da seguinte forma:<ul style="list-style-type: none">a) 05 (cinco) votos a favor da Proposta I: CUT, GTNM/BA, MD, CFP e CC/PR;b) 09 (nove) votos a favor da Proposta II: SMDH, MS, JG, RENILA, ANCED, CONECTAS, CFOAB, MDS e IBCCRIM.c) 01 (uma) voto de abstenção registrado: SNC/MDH▪ Tendo vista o resultado da votação, restou aprovado por maioria de votos a Proposta II de “Resolução do CNPCT para Recondução dos atuais peritos do MNPCT em final de mandato”. <p>3) Considerando o resultado da deliberação anterior, a Presidência dos Trabalhos da 23ªRPO colocou em votação a redação final da “Resolução do CNPCT para Recondução dos Peritos do MNPCT”, sendo apresentadas as seguintes propostas para votação:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Proposta I – Membros do CNPCT CONTRÁRIOS a Redação Final da “Resolução do CNPCT para Recondução dos atuais peritos do MNPCT em final de mandato”;b) Proposta II – Membros do CNPCT FAVORÁVEIS a Redação Final da “Resolução do CNPCT para Recondução dos atuais peritos do MNPCT em final de mandato”; <ul style="list-style-type: none">▪ Em regime de votação, os presentes se manifestaram da seguinte forma:<ul style="list-style-type: none">a) Nenhum voto registrado na Proposta I;b) 09 (nove) votos registrados na Proposta II: SMDH, MS, JG, RENILA, ANCED, CONECTAS, CFOAB, MDS e IBCCRIM.c) 05 (cinco) votos de abstenção registrados: SNC/MDH, CFP, CUT, GTNM e CC/PR.



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			▪ Tendo vista o resultado da votação, restou aprovado por maioria de votos a Proposta II com posicionamento favorável da Plenária da 23ªRPO a redação final da “Resolução do CNPCT para Recondução dos atuais peritos do MNPCT em final de mandato”.

2º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	29 de Novembro de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
SNC/MDH	Karolina Alves Pereira de Castro	Membro (a)	Titular	GOV	01
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	02
CFOAB	Vitória de Macedo Buzzi	Membro (a)	Titular	OSC	03
CFP	Maria Márcia de Badaró	Membro (a)	Suplente	OSC	04
ASBRAD	Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo	Membro (a)	Titular	OSC	05
GTNM/BA	Antônio Carlos Valadares	Membro (a)	Suplente	OSC	06
CUT	Expedito Solaney	Membro (a)	Titular	OSC	07
RENILA	Marcelo Magalhães	Membro (a)	Suplente	OSC	08
SMDH	Tiago Martins Ferreira	Membro (a)	Suplente	OSC	09
ANCED	Acássio Pereira de Souza	Membro (a)	Titular	OSC	10
JUSTIÇA GLOBAL	Maria Elena da Luz Azevedo	Membro (a)	Suplente	OSC	11
IBCCRIM	Natália Sanzovo	Membro (a)	Suplente	OSC	12
MDS	Francisco Xavier Coullangers	Membro (a)	Titular	GOV	13
SNPIR/MDH	Sidnei Sousa Costa	Membro (a)	Suplente	GOV	14
SNPM/MDH	Marcy Figueiredo	Membro (a)	Suplente	GOV	15
CONNECTAS	Henrique H. Apolinário de Souza	Membro (a)	Suplente	OSC	16
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	17
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	GOV	18
CONNECTAS	Thandara Santos	Expositor (a)	Não se Aplica!	OSC	-

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
MJ			
SEGOV/PR			
MRE			

DISCUSSÃO DA PAUTA:



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Apresentação do "Projeto Carcerópolis" de Pesquisa de Dados do Sistema Penitenciário e Aprovação da Minuta de Recomendação do CNPCT sobre Prerrogativas de Ingresso da Defensoria Pública em Unidades Prisionais.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Bom dia a todas e todos. Vamos dar início ao segundo dia dos trabalhos da 23ªRPO/CNPCT. Tendo em vista que ainda não temos quórum suficiente para retomarmos a discussão sobre a resolução da recondução dos peritos do MNPCT, proponho que plenária ceda 20 minutos para apresentação do projeto Carcerópolis, enquanto isso a gente espera os demais colegas chegarem aqui para a reunião. Todos de acordo? Passo, então, a palavra para o Henrique e para a Tandara.</p> <p>Henrique Apolinário (CONNECTAS): Bom, gente, bom dia. Obrigado, Karol pela concessão do espaço, sei que hoje a gente tem um dia muito cheio, esse é um projeto, um sonho antigo da CONNECTAS que a gente já vem tentando implementar há alguns anos, finalmente, conseguimos com grande ajuda da Tandara, que vai explicar a ferramenta aqui do lado, basicamente, vem da nossa percepção e percepção de muita gente que trabalha o tema da ausência de dados do sistema carcerário brasileiro e sobretudo quando esses dados são produzidos da transparência e da qualidade, muitas vezes, não ideal que a gente busca, na acessibilidade não ideal que a gente busca para estudar esse sistema e realmente buscar soluções sustentáveis para o sistema carcerário brasileiro e a gente acha que a informação passa pela solução e é essencial que a gente tenha uma ferramenta onde as pessoas possam acessar de maneira direta esses dados, a gente ainda... é uma ferramenta que a gente planeja ser aberta com um banco de dados, tanto para coletar dados oficiais, como também para coletar produção acadêmica, seja mesmo um portal para que as pessoas possam entrar, buscar as informações de diferentes fontes e poder cruzar dados de maneira mais ou menos livre. Então, como a gente tem pouco tempo, passo para a Tandara que vai poder explicar bem, é especialista no tema, vai poder explicar bem a ferramenta.</p> <p>Thandara Santos (CONNECTAS - Palestrante): Olá, bom dia. Sou Tandara, sou socióloga, pesquisadora nos temas de justiça criminal e segurança pública, principalmente, estive à frente da assessoria de informações estratégicas do DEPEN durante a gestão do Doutor Renato Devitto e fui responsável pelo levantamento do INFOPEN de 2014, 2015 e 2016 e os dois INFOPEN Mulheres que a gente lançou também pelo DEPEN. E eu dei esse suporte para CONNECTAS para conseguir sistematizar um pouco as informações que saíam do INFOPEN e deixar elas de um jeito mais acessível e mais palatável para o grande público, mas com um foco principalmente nos especialistas da área para oferecer, realmente, uma ferramenta que pudesse ser auxiliar no olhar sobre o sistema prisional. Então, eu vou passar rapidamente aqui pelos eixos que a gente tem na plataforma e vocês podem depois também acessar, dar uma olhada e fazer suas próprias buscas. A gente tem essa página inicial de dados do Carceropolis (https://carceropolis.org.br/), em que a gente tem aqui no lateral diferentes eixos.</p> <p>Nesse eixo de trabalho educação, basicamente, a gente vai falar sobre o quanto o</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>número de pessoas dentro do sistema que conseguem acessar esses trabalhos de política e educação, mas também sobre o oferecimento de espaços para garantia do acesso a trabalho e educação dentro do sistema prisional. Então, explorando lá os dados vai ter várias informações sobre esse eixo, a capacidade de acesso e a capacidade de oferecimento de espaços. A mesma coisa em relação à saúde, então, a gente vai falar sobre o número de unidades que tem consultórios médicos, que tem outros equipamentos de saúde previstos no levantamento do INFOPEN e números de consultas das pessoas que estão privadas de liberdade, um panorama bem geral sobre este eixo da saúde e pensando também os dados de mortalidade, então, aí dentro, você também vai conseguir acessar os dados por estado e agregado no Brasil para taxa de mortalidade dentro do sistema. No eixo das unidades prisionais, a gente fez um esforço de tentar chegar até o nível da unidade prisional, que é o nível mínimo de unidade de análise que o INFOPEN conseguiu chegar e conseguir agregar mais dados a esse nível de informação. Eu vou passar rapidamente aqui sobre o que são esses índices, mas vocês podem acessar eles, podem dar uma olhada mais a fundo neles numa aba que tem sobre metodologia dentro da plataforma. São informações bastante estratégicas, que a gente acredita que a unidade deveria sempre ter capacidade de informar. Então, essa dimensão de transparência e disponibilidade da informação. Em relação à coerência, a gente está associando algumas informações, principalmente, sobre destinação e população e o tipo de regime de população também, então, se ela diz que é uma unidade voltada para o regime fechado e só informou pessoas em regime aberto, então, existe alguma problema aí na qualidade desse dado prestado, alguma das duas informações está com baixa qualidade de informação. Então é isso, a plataforma está disponibilizada, vocês podem acessar, enfim, consultar, mexer e tal e a gente está aberto também a sugestões, enfim, a receber os <i>inputs</i> sobre como avançar com essa plataforma também. Obrigado, gente.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Agradeço à Tandara e ao Henrique. Consulto se algum dos colegas tem alguma manifestação curtíssima já para a gente retomar as nossas discussões, alguma pergunta... (falas sobrepostas).</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Parabenizar pelo trabalho de vocês, só duas curiosidades, duas dúvidas. Tem alguma informação que a gente pode com relação à equipe técnica para atendimento, então, assim, se tem assistentes sociais ou psicólogos, o INFOPEN coleta essas informações suficientes para atendimento, se a gente consegue ver aqui e se aqui também a gente consegue ver o quadro dos manicômios judiciários, se estão incluídos aí também. Só isso.</p> <p>Thandara Santos (CONNECTAS - Palestrante): Em relação às equipes... posso responder agora? Em relação às equipes técnicas, é uma informação coletada pelo INFOPEN, mas é uma informação ainda muito falha, a gente entendia que ela tinha muitas lacunas ainda em termos de qualidade. Então, nesse primeiro momento, a gente não está dando um destaque para essa informação. A gente está considerando menos a disponibilidade das equipes e mais só os espaços, a infraestrutura que eles declararam que a gente entendeu que era mais fácil para as unidades declararem infraestrutura do que declarar equipe com uma couraça maior.</p> <p>Vitória Buzzi (CFOAB): Uma observação com relação a esse ponto. Ontem, viu,</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>Ribamar? Foi ponto de pauta do presidente da OAB, do Conselho Federal com o novo ministro da justiça, uma solicitação de diminuição dos locais de privação de liberdade, do tamanho. E que isso tivesse um reflexo na proximidade com a família para não perder o vínculo familiar. Então, esse foi um ponto que foi destacado ontem na reunião do Conselho Federal com o novo ministro da justiça.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Agradeço, então, a participação da Tandara e ao Henrique pela apresentação feita.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então, passamos para o próximo ponto de pauta que trata da recomendação para as defensorias. Acássio, você pode comentar a proposta, um pouco, o contexto?</p> <p>Acássio Souza (ANCED): A proposta de minuta adveio de uma provocação da Defensoria Pública do estado de São Paulo, na pessoa do doutor Leonardo, que esteve aqui apresentando um relatório da Defensoria Pública de São Paulo em relação ao sistema penitenciário é um dos problemas trazidos por ele diz respeito às restrições que a Defensoria Pública do estado de São Paulo tem sofrido em relação ao ingresso nas unidades prisionais e no plenário do comitê foi discutido a reiteração, na verdade, dessas restrições também em outros estados e a importância do Comitê Nacional emitir uma recomendação aos governos dos estados e às administrações penitenciárias, reafirmando a prerrogativa da defensoria que, na verdade, é estabelecida na sua lei complementar, que é estabelecido em vários normativos permitindo o livre acesso aos locais de privação de liberdade e às pessoas assistidas ou não pela defensoria pública. Então, fiquei com esse encaminhamento de elaborar essa minuta, a compartilhei com o doutor Leonardo, mandei para ele, ele deu devolutiva com algumas contribuições e chegamos a esse texto final, também aproveitei uma recomendação do comitê relacionado à atuação da defensoria no sistema socioeducativo que foi uma recomendação do primeiro mandato, acho que de 2015, 2016 e, enfim, chegamos a essa, a ideia é aprová-la, ele me cobrou já, inclusive, porque a gente deveria ter debatido na última reunião, a ideia é aprová-la e fazer esse encaminhamento para os governos dos estados.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Temos três destaques, dois do Xavier e um meu.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Na verdade, eu acho que é mais um destaque geral, porque até o terceiro considerando que fala que a função da defensoria pública, conforme a Lei Complementar 80 é de exercer a defesa dos direitos individuais, coletivos de crianças e adolescentes... enfim, público mais amplo. E fiquei pensando se a gente não tem que ampliar esse olhar da possibilidade da entrada da Defensoria em todos aqueles espaços que a Lei 12.847 estabelece um espaço de restrição de liberdade, que a gente acabou de ler, você falou, Artigo 3º, então, não só os espaços prisionais, mas socioeducativos, instituições psiquiátricas, unidades de acolhimento de idosos e, então, em vez de ser só dependências e estabelecimentos penais também me interessa que eles entrem no socioeducativo, então, assim, se a gente não poderia ampliar essa possibilidade da Defensoria também ter esse olhar sobre essas outras instituições. Tem que fazer algumas alterações no texto, incluir alguns considerados específicos sobre outros públicos,</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>enfim.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu queria só fazer dois comentários, então, dos meus destaques que a referência da Constituição Federal, a gente também incluía proibição da tortura e que no último parágrafo, na verdade, é um Artigo, não é? Se ele poderia ser um Artigo, então, porque tem artigo, artigo e, de repente, vem um negócio sem artigo. Em relação ao que Xavier colocou é um ponto que acho que desde o primeiro dia que pisei aqui na Secretaria, a gente enfrenta em termos de debate, que é a separação total entre uma coisa para o sistema penitenciário, outra coisa é para o sistema socioeducativo. E aí, assim, eu fico muito na dúvida, porque eu já caí nessa armadilha de mencionar as duas coisas quando for falar sobre tortura e eu acho que quando a gente faz isso eu fico pensando se a gente não corre o risco de colocar tudo no mesmo balaio, de a gente fazer, juntar as duas discussões, mas isso... assim, tem essa consideração que é muito forte, era muito forte até um tempo atrás aqui, mas que também, se os colegas optarem por incluir adolescente em conflito com a lei, eu também não tenho nenhum problema, é só uma questão que... (falas sobrepostas).</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Não é nem para colocar o socioeducativo igual ao sistema prisional, não é isso. Estou falando assim, de todos os públicos que a própria lei de combate à tortura, ela elenca lá dentro do rol de pessoas que estão em restrição de liberdade. Então, aqui, poderia servir até para as comunidades terapêuticas, por exemplo, manicômio judiciário, hospitais psiquiátricos, unidades de acolhimento de idosos, mas assim, a gente pode fazer uma redação que fique claro que a gente não está comparando socioeducativo com o sistema prisional.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu acho que é só para poder dialogar, eu acho que a preocupação que o Xavier coloca, eu acho que é importante, mas também entendo a demanda e a linha de base do encaminhamento que foi feito, que o Acássio está apresentando e acho que uma coisa também não atrapalha outra, acho que para dar celeridade, acho que isso é instrumento para responder a demanda da Defensoria Pública, mas não impede, viu, Xavier? De que nessa extraordinária a gente possa encaminhar um outro instrumento que possa contemplar também outras situações ou então outros ambientes.</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): Eu acho que tem que aproveitar, como o Xavier disse, eu acho que pode... deveria aproveitar já o instrumento e fazer a referência aos locais de privação de liberdade nos termos da lei tal e tal, em especial o sistema prisional, porque não deixa de atender a demanda de São Paulo, mas para sair outro ato, eu acho que comitê tem tanta pauta, se já pode contemplar aqui, coloca em específico os locais conforme a legislação, em especial o sistema prisional. E é uma alteração mínima aqui que não vai mudar muito o texto. Passou uma questão de um destaque, é só uma questão de forma aqui, Karol, de isonomia de forma, o considerando começa a citar a Defensoria Pública, o último considerando, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do DF, depois, dos estados e quando vem os artigos, começa pelos estados, DF, depois União. Então, usar o mesmo, a mesma forma para o considerando e para o Artigo, seja a União, seja estado iniciando, mas a mesma forma.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Tatiana Bianchini (DPU Convidado Permanente): Eu acho que a alteração é ínfima, é, basicamente, acrescentar que seria um estabelecimento de privação de liberdade, em vez de ser penais e pronto. Eu acho que não tinha necessidade de ter algo separado, vamos aproveitar, até porque, assim, se há essa possibilidade no sistema penitenciário comum, também há no socioeducativo e da mesma forma, a defensoria inspeciona, então, eu acho que não custa aproveitar o ensejo e acrescentar também, não vai causar grande prejuízo, até os considerandos já falam aqui da proteção da criança, do adolescente, eu acho que nem nisso teria que ter. Exatamente.</p> <p>Henrique Apolinário (CONNECTAS): Exato. Eu vou no mesmo sentido também, a gente não costuma fazer essa separação no combate à tortura, sempre fala de Centros de restrição de liberdade, os considerandos, a lei da Defensoria também já é bem clara também e é uma mudança de redação bem simples, me parece, não entendo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Mais alguma consideração? Todos de acordo com o texto da recomendação?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Não temos mais alterações. Consulto, então a plenária, se podemos encaminhar para aprovação do documento de recomendação do CNPCT sobre a atuação das defensorias públicas em unidades de restrição de liberdade. Então, em regime de votação, quem é a favor da aprovação da redação final com os ajustes discutidos na plenária, por favor levante a mão para registro em ata. Perfeito. Então... aprovada.</p>		
Encaminhamentos	1) Aprovação da Minuta de Recomendação do CNPCT sobre Prerrogativas de Ingresso da Defensoria Pública em Locais de Privação de Liberdade, elaborada pelo representante da ANCED, com os ajustes de redação e mérito discutidos e aprovados pela Plenária da 23ªRPO.		

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Informe das Missões Conjuntas do CNPCT/MNPCT/CONANDA de Monitoramento do Sistema Socioeducativo nos Estados do Distrito Federal, Ceará, Paraíba e Pernambuco e das Atividades da Comissão Permanente do CNPCT de Prevenção à Tortura no Sistema Socioeducativo.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Acássio Souza (ANCED): O nosso objetivo da pauta hoje é mais do que apresentar relatos preliminares do que nós observamos, tem como objetivo, sobretudo, firmar compromissos no âmbito do CNPCT para continuidade desse processo. Conforme aprovado anteriormente em plenária, nós elencamos quatro estados para fazerem parte dessa missão conjunta, CNPCT e MNPCT, dos estados escolhidos, três foram do Nordeste, Ceará, Pernambuco, Paraíba e o quarto foi o DF pela ocorrência de episódios de morte. Nós viemos discutindo alguns produtos dessas missões, em forma de resoluções conjuntas do CNPCT com o CONANDA.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>A primeira seria relacionado ao atendimento a meninas no âmbito do Sistema Socioeducativo, com o escopo de prevenir a violência de gênero. A gente está em diálogo com o CONANDA, infelizmente, a gente não conseguiu finalizar esse processo na nossa gestão, por conta a mudança também de gestão no âmbito do CONANDA, então, é necessário haver um esforço do CNPCT, da nova composição em articular, em fazer com que o CONANDA permaneça nessa articulação, tendo em vista o seu poder de regulamentar o atendimento socioeducativo. Uma segunda resolução que a gente veio debatendo, além dessa em específico em atendimento a meninas, é a resolução que regulamenta parâmetros e procedimentos relativos à segurança preventiva no âmbito das unidades. Esse também é um vácuo do SINASE, não há regulamentação aprofundada, por exemplo, sobre o uso da força, sobre a requisição de força de segurança externa, por exemplo, e esse é um dos desafios que a gente tem tentado se debruçar a partir, sobretudo, da identificação dos fatores de risco para ocorrência de morte nas unidades. Então, tenho algo importante a ressaltar, o CNPCT protagonizou e muito esse processo, tanto os representantes da Sociedade Civil, como as representações do governo, como Xavier que esteve conosco pelo MDS em Brasília e também em várias reuniões preparatórias. Sávio e Edmundo, do Ministério da Defesa, estiveram conosco em Pernambuco, Paraíba e no Ceará. Então, nas missões dos massacres teve uma representação exclusiva da Sociedade Civil, mas nesse segundo processo de missões conjuntas houve as representações dos dois campos (governo e sociedade) e na construção desse diagnóstico, então, assim, acho que o CNPCT teve um grande protagonismo. Agora, a resolução de criação da comissão permanente do SINASE no âmbito CNPCT está em vias já de publicação, enviei as considerações relativas ao último parecer, então, a gente precisa fazer com que essa comissão tenha como principal ponto no seu plano de trabalho a continuidade desse processo. No mais, é isso. Aproveitar e vou passar a palavra para os peritos do MNPCT complementarem.</p> <p>Rafael Barreto (Perito do MNPCT): Eu também não vou me estender muito, eu acho que o Acássio tratou dos principais temas, é uma missão de quatro estados, é uma missão que teve o escopo de gênero e escopo de morte e monitoramento das recomendações também emitidas anteriormente e nesse aspecto tem alguma correlação com um dos massacres, a gente evitou chamar de massacres do socioeducativo, mas, na prática, a gente até diz, morreu um menino é como se morresse 10 adultos, devido à proporção das populações desses espaços. Então, fica essa... dois questionamentos que a gente queria talvez esclarecer com vocês, o primeiro é talvez buscar uma reunião extraordinária em dezembro e que esse possa ser um tópico e uma segunda, se essa possibilidade não for considerada, de como nós poderíamos viabilizar o lançamento desse relatório esse ano sem ter uma reunião presencial do comitê se não houver a reunião extraordinária, sob a perspectiva de que talvez a gente fique numa inércia para sempre, sem nunca poder apresentar esse relatório se o comitê não voltar a se reunir, então, é uma grande preocupação nossa, de alguma forma lançar isso até o final do ano e para o ano que vem a gente lançar o relatório específico sobre as mortes e o monitoramento das recomendações nas unidades masculinas desses quatro</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>estados. É isso. Não sei se as colegas querem complementar alguma coisa.</p> <p>Tarsila Flores (Perita do MNPCT): Bom dia a todos e todas. Eu quero só aproveitar para primeiro parabenizar a equipe do CNPCT que esteve conosco nessa empreitada, porque foram muitos estados, foram quatro estados, para mim, foi uma experiência riquíssima, nossa primeira inspeção aqui pelo mecanismo enquanto peritas e peritos novos e acredito que a gente fez uma parceria de qualidade, com uma interlocução muito sensível. Além disso, eu levanto outra questão que complementa a necessidade e também a nossa defesa de uma reunião extraordinária ainda no mês de dezembro, em função de termos além desse relatório, outros dois que são o da missão Goiás e da missão dos hospitais psiquiátricos, que a gente teve... aliás, hospital psiquiátrico aqui do DF. Também estivemos em equipe conjunta com a participação de assessores do mecanismo, então, é mais uma justificativa para a gente tentar manter a ideia e defesa da reunião extraordinária em dezembro.</p> <p>Mariana Siqueira (CC/PR): Primeiro, gostaria de parabenizar a missão conjunta, eu acho muito importante que esses colegiados nacionais se interajam mesmo, porque há pautas que são muito, que sobrepõe e potencializam quando se tem uma atuação conjunta como essa. Então, talvez, trabalhar um pouco com o CONANDA para fazer algum lançamento, convido vocês a colocar em pauta mesmo esse relato, conversar com os colegas, o Xavier e quem foram os interlocutores do CONANDA para a gente colocar na pauta de alguma comissão, talvez, a comissão, a CPP, ou a própria CDHP que é a que eu participo, de vocês virem fazer o relato para a gente. E é isso, eu acho que quanto mais a gente trabalha em conjunto, mais as pautas se fortalecem.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Parabenizar a equipe muito, essa múltipla equipe e, especialmente, eu queria registrar, Acássio e lamentar a não continuidade da ANCED nessa próxima gestão do comitê. Eu, eu tenho absoluta certeza e clareza da sua contribuição enquanto militante, ativista de direitos humanos e especialmente, em relação à criança e adolescente. Eu acho que essa missão só fortalece e demonstra a importância da Comissão Permanente do SINASE nesse comitê</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Tarsila, uma dúvida, você tinha pedido a palavra?</p> <p>Tarsila Flores (Perita do MNPCT): Eu estava falando a partir do convite da manifestação do mecanismo. Foi em função disso que eu me manifestei.</p> <p>Rafael Barreto (Perito do MNPCT): Eu queria só, por favor, Presidente, reforçar a tese, ou reforçar a solicitação da reunião extraordinária para apresentação desses relatórios, porque a lei e o regimento interno, diz que o relatório só pode sair se passar por aqui primeiro, o mecanismo tem que apresentar a esse plenário para poder publicar publicamente, então, é fundamental que a gente organize para o dia 20, por exemplo, acho que seja uma data razoável, 20, 21, ou 19 e 20 a próxima reunião. Ou é a última reunião desse comitê, desse colegiado e que extraordinária.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Passo, então, para a Lena, depois eu abro a palavra para a Tarsila.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Maria Elena (Justiça Global): Só destacar, foi muito cansativa a missão em si, mas ela foi muito produtiva, até nós que fazemos inspeção com frequência, mas acho que todos nós aprendemos muito com o MNPCT, não é? Então, acho que foi uma missão importante. Eu gostaria que isso até se mantivesse como prática futura. Enfim, a gente viveu coisas muito horríveis com as meninas, uma disciplina absurda com as meninas, coordenadores de segurança com soquete, que ele espancava meninas, então, são coisas que eu lembro, algumas coisas têm um bocado de foto, inclusive, que a gente fez de vídeo e tal.</p> <p>Tarsila Flores (Perita do MNPCT): Então, vou aproveitar a oportunidade também para complementar um pouco o que a Lena trouxe, para nós é de expressiva importância a apresentação desse relatório ainda esse ano, em função principalmente de ser o primeiro relatório que o MNPCT aborda a questão de gênero no socioeducativo. Realmente, os quadros de situação de maus tratos e tortura foram muito marcantes para todos nós, todas nós, identificamos até sutilezas, mas específicas com relação às novas tecnologias de tortura, como por exemplo, a separação das adolescentes homoafetivas, com orientação homoafetiva. Em alas separadas das hétero e a distribuição de <i>babydoll</i> cor de rosa para dormir, para as meninas e espaços onde os homens fazem a custódia direta, isso para nós é muito grave, como sutileza de novas formas de tortura, então, isso também precisa ser colocado dentro da perspectiva não só das meninas, mas também das meninas trans e com as outras orientações sexuais também fomentadas, é preciso fazer esse debate no âmbito do socioeducativo, para nós, é importantíssimo que esse seja o primeiro relatório que aborde situação de gênero no socioeducativo aqui do mecanismo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perfeito. Eu já consultei o gabinete sobre a possibilidade da extraordinária, eles sinalizaram que para semana do dia 17 seria factível, na medida em que a gente tem prazos internos para cumprir em relação à solicitação de passagens e autorizações. Eu só gostaria de verificar, então, quais seriam os relatórios a serem apresentados, só para a gente já montar um documento para fazer a demanda.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): É só para dizer o seguinte, Karol, eu não compreendo a dificuldade até antes de 17 não pode, se as nossas passagens desta reunião foram emitidas dia 22, dia 23, portanto, cinco dias antes, então, eu não compreendo essa dificuldade, considerando o que foi a compra de passagens para essa reunião. Então, eu acho que é possível sim, tomando como exemplo essa última, que nós chegamos aqui, eu, pelo menos, cheguei dia 26 e a passagem foi emitida na sexta-feira dia 23, então, eu acho que é possível sim, é uma questão de vontade política, de esforço, só ponderando isso também. Pelo exemplo anterior.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Se tiver realmente a extraordinária, a gente pode verificar a agenda do CONANDA e ver se é possível depois de apresentar aqui, vocês conseguirem apresentar no mesmo mês e a gente já discutir a possibilidade de uma resolução sobre as meninas.</p> <p>Rafael Barreto (Perito do MNPCT): Eu, então, a minha sugestão é que talvez dois momentos, nós podemos pensar num momento de apresentação para que não</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>precise estar o comitê talvez, no final os mecanismos poderiam conversar com a comissão específica sobre algum processo de resolução, tendo pensado o texto antes, isso é uma coisa e acho que outra coisa no dia 20 que seria a plenária propriamente, é a plenária completa que não tem comissão, a gente fazer uma apresentação do relatório na reunião do CONANDA e naquele momento o comitê se agrega e meio que faz uma reunião conjunta, não sei qual termo se usaria, mas um lançamento do relatório com essas duas instituições, eu acho que seria bem bom, eu acho que podia ser isso na quinta, no dia 20 e no dia 19 a gente tenta articular, conversamos antes para pensar a minuta de resolução e tal que seria mais interessante nesse aspecto. Eu acho que pode ser um bom desenho e mantendo o 20, 21 que era a proposta originária, então, quinta e sexta comitê e a gente do mecanismo colabora na quarta com a comissão da CPP do CONANDA, essa seria minha sugestão.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): 20 e 21, então, de dezembro? Todos de acordo?</p> <p>Vitória Buzzi (CFOAB): É porquê aqui em Brasília, o judiciário entra em recesso dia 21 e legislativo dia 21, a nossa reunião ficou marcada para o dia 20 e 21, eu achei uma data muito próxima aos recessos e final da semana, eu sei que a gente queria coincidir com o CONAD? Eu ainda não dominei as siglas, desculpa. CONANDA. Mas eu proponho que a gente coloque para o início da semana e tenha necessidade de coincidir com pelo menos um dia da reunião deles, que seja 19 e 20, que a deles é 19 e 20, a nossa poderia ser 18 e 19.</p>		
Encaminhamentos/ Deliberações	1) Aprovação da proposta de realização de uma Reunião Extraordinária do CNPCT nos dias 18 e 19 de dezembro de 2018, com os seguintes pontos de pauta: 1) Apresentação do Relatório Conjunto CNPCT/MNPCT/CONANDA Temático sobre Meninas no SINASE; 2) Apresentação do Relatório da Visita do MNPCT ao Estado de Goiás; 3) Apresentação do Relatório das Visitas do MNPCT aos Hospitais Psiquiátricos; 4) Apresentação da Resolução do CONANDA sobre “Meninas no SINASE e Uso Indevido da Força”, 5) Relatório da Visita do MNPCT ao Estado da Bahia, e, 7) Articular a Apresentação do Relatório Conjunto CNPCT/MNPCT/CONANDA Temático sobre Meninas no SINASE na Reunião do CONANDA.		

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Leitura e Aprovação da Minuta de Diretrizes Nacionais do CNPCT para Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura elaborada pelo Grupo de Trabalho do CNPCT (Resolução nº 12/2018).		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Na nossa pasta que foi entregue para os trabalhos, nós colocamos, então, uma cópia do documento que o grupo fechou, em relação às diretrizes. Esse documento vem de uma longa discussão que perpassa também... a proposta das diretrizes foi feita ainda no primeiro biênio, em relação... foi feita pelo primeiro biênio a primeira versão foi apresentada pela pastoral carcerária em conjunto com o IBCCRIM. Sim, por favor, projeta. Então, foi feita essa proposta à</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>época, essa proposta foi colocada em consulta pública e recebeu, então, contribuições de dois órgãos que foi o mecanismo e a associação para prevenção da tortura, na última reunião do biênio passado, em julho de 2016 foi feita, então, uma avaliação pelo então grupo em relação às diretrizes, depois, quando retomamos o biênio, nós tentamos, então, organizar essas diretrizes a partir de um grupo de trabalho que inicialmente, formado pela coordenação, pela Secretaria Nacional de Cidadania e também pelo IBCCRIM. Essa minuta também foi muito demandada em comunicações da Silvia Dias pela APT e também foi um ponto também de... também foi um ponto de discussão no terceiro encontro e a gente não teve como apresentar uma minuta, mas já se comunicou para os comitês e mecanismos em relação a esse documento que a gente tinha intenção ainda de aprovar nesse biênio. A partir do encontro, acho que a gente ganhou força, a partir das demandas, a partir das falas, dos colegas, temos novas forças, novas pessoas para colaborar nesse processo. E entraram, então, a Márcia Badaró e o Paulo pelo CFP também, essa minuta circulou pela RENILA com o Marcelo e a Márcia e também com a participação da Paula e da Rafaela pelo ISER. Adicionalmente, novamente, colocamos uma nova consulta pública para os comitês e mecanismos, essa consulta pública terminou no mês passado e recebemos, então, três contribuições, na verdade, recebemos mais contribuições, recebemos contribuição da Casa Civil, recebemos contribuição do MDS, então, também do Ministério do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, da associação para Prevenção à Tortura e, também, contribuição do mecanismo estadual do Rio de Janeiro. A gente organizou, então, uma minuta para condensar todas essas contribuições e fizemos a análise desse documento há umas duas semanas e, então, fechamos essa versão. De modo geral, acho que se a Nathália também quiser comentar em relação a esse trabalho, para o grupo é muito importante a apreciação e aprovação desse documento ainda nesse biênio, de preferência ainda hoje, porque é um documento que na nossa avaliação pode ajudar e muito os estados na criação de seus comitês e de seus mecanismos. A gente sabe que a maioria dos estados já contam com algum tipo de estrutura de comitê, mas que, em relação aos mecanismos, a gente ainda tem muita dificuldade, muitas leis que criam mecanismo, mas não criam cargo ou que depois criam o cargo de uma forma que, na nossa avaliação, não é adequada. Como aconteceu no Maranhão que criaram só dois peritos, só tem dois peritos criados pelo projeto de lei e também como aconteceu na Paraíba, em que o valor do trabalho dos peritos também não corresponde às expectativas do trabalho deles. Então, na nossa avaliação essa recomendação tenta cobrir algumas questões e outras a gente não consegue dar todas as respostas até pelas relações que a gente tem enquanto Comitê Nacional e enquanto sistema federativo. Então, é esse um pouco o histórico. Tentei ser bem objetiva na minha apresentação e convido a Nathália para somar aqui e a gente dividir essa fala e essa discussão também.</p> <p>Natália Sanzovo (IBCCRIM): Então, gente, fazendo coro aqui com a Karol, é exatamente isso, esse documento, a gente já está postergando há muito tempo a análise e aprovação. E nós fizemos uma última reunião juntamente com o pessoal aqui do governo, para poder chegar numa minuta desse documento que a Karolina vai colocar para vocês e que a gente espera que a gente possa aprová-la ainda</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>hoje, para que fique como um produto mesmo, um resultado desse biênio, da nossa participação, atuação aqui no comitê de prevenção e combate à tortura.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Queria destacar a participação, principalmente, nas últimas reuniões e nos últimos debates do Rafael e da Adriana, do MNPCT. Eu acho que a gente sempre tem um desafio em relação a pensar o melhor cenário, pensar o pior cenário e como a gente pode contribuir caso as pessoas estejam em cenários diversos.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Nessa seção, quer dizer, nesse capítulo três vai falar da composição, no artigo 5º, então, vai caracterizar o conjunto de organizações e um perfil de organizações, de instituições, associações que, então, podem compor o comitê estadual. Depois também nos parágrafos que estão, que fazem parte, então, do Artigo 5º, nenhum estabelece o critério de tempo. E por que eu acho isso delicado? Quer dizer, se caracteriza só pela função, pensando até nessa seleção, nessa eleição que teve agora aqui no nacional. Então, lógico que você pode ter associações, movimentos, agremiações que têm menos de um ano de existência e que essas associações poderiam até se arvorar a se candidatar. Mas, de fato, diante de um cenário de militância e de empenho de várias organizações, a gente poder não especificar, eu acho que pode ficar uma porta aberta para alguém que abre uma coisa de três meses e diz assim “ah, eu quero participar desse comitê, porque estou na militância há três meses” você não vai dizer que ele não pode. Só eu acho que trazer para a gente discutir se não seria razoável a gente estipular um tempo de existência, quer dizer, outros dispositivos de controle social, cada um com os seus critérios, mas alguns estipulam tempo mínimo de existência, se a gente não acha que isso poderia ser salutar e razoável também.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Já que foi citado o artigo 5º, eu proponho que a gente inclua nos seguintes vulneráveis, que as entidades trabalham logo em seguida do imigrantes, indígenas, pessoas com deficiência, imigrantes, indígenas, colocar quilombolas explicitamente e povos e comunidades tradicionais, porque, geralmente, essa tríade de etnias do campo que são citadas, indígenas, quilombolas e povos tradicionais.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu queria, então, fazer uma sugestão, para a gente copiar exatamente, não exatamente, fazer uma adaptação desse inciso aqui no artigo 6º, porque no Artigo 6º fala um pouco do perfil dessas organizações, então, devem ser eleitas por mandados, não deve ter exigência do cadastro de CNPJ e a gente faz, então, um artigo “as organizações devem atuar, no mínimo, há um ano na promoção e defesa dos direitos humanos, em especial, no direito das pessoas... em especial, no tema tortura...”</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Acho que assim fica contemplado, Karol e acho que o pleno mesmo deve decidir, mas, mais uma vez, não teria uma definição pétreia em relação ao tempo de existência, não.</p> <p>Vitória Buzzi (CFOAB): A minha sugestão é que houvesse essa limitação de uma recondução no caso, de poder se eleger duas vezes, mas ressalvada a hipótese de não haver concorrência, porque quando não há mais ninguém querendo entrar no conselho, no comitê, então, mantém a mesma composição, seria razoável tirar uma</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>organização lá de dentro, impedir ela de participar se ninguém mais quer entrar no comitê. Então, quando tem concorrência, como é o caso aqui do nacional, talvez, privilegiar a oxigenação mesmo do próprio comitê. Mas se não tem concorrência fica a mesma composição, porque, se não, você está tirando alguém para ninguém ocupar aquela cadeira.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Eu me sinto contemplado, acho que pela consideração da colega, porque eu acho que, na verdade, é o zelo para a gente evitar coisas esdrúxulas e eu acho que isso é com o tempo.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): Gostaria de destacar um ponto que tem sido objeto de muito debate lá no Ceará, no debate do nosso projeto de lei que é sobre a vinculação, a possível vinculação administrativa dos mecanismos. O que a gente tem acumulado lá é que não é viável a vinculação administrativa do mecanismo, no caso a SEJUSC realiza administração penitenciária e a gente tem pensado e tentado ser criativo nesse arranjo administrativo de vinculação do mecanismo. A gente teve também em Pernambuco, nas missões e foi relatado também algumas restrições e alguns embaraços realizados pela Secretaria responsável, embaraços ao desenvolvimento das prerrogativas do mecanismo, então, assim, essa, na minha opinião é uma preocupação central, de pelo menos assinalar e possibilitar que, localmente, a Sociedade Civil possa fazer esse debate referendado por uma diretriz, por uma recomendação do comitê.</p> <p>Vitória Buzzi (CFOAB): Estou pesquisando na internet e não consigo achar, porque a internet não carrega, mas qual é o conteúdo do artigo 1º da lei que define o crime de tortura, é o parágrafo 5º, alguém sabe me dizer? Que é o que consta aqui no Artigo 14, inciso II. Só que não consigo carregar a lei aqui. Porque eu faria a ressalva de que eu acredito que esse inciso não seria constitucional, porque ele está tratando aqui de uma pena perpétua, porque quem foi condenado por isso pagou seu tempo na prisão e saiu não pode agora ser eternamente penalizado a não... eu entendo que seria uma incoerência essa pessoa assumir esse cargo, mas caberia ali nos outros princípios que elencamos em não fazer esse tipo de ressalva.</p> <p>Antônio Valadares (GTNM/BA): Vou levantar mais uma discussão e, de uma certa forma, problema. É que, por exemplo, vai-se ter número limitado de membros dos mecanismos. E isso, particularmente, em determinados estados, eles vão querer o mínimo possível, três, cinco, ou, se possível, até um, para não ter muito gasto. Sim. Três. Os três, o critério básico é prevenção e combate à tortura. Então, a gente vai ter que ter clara compreensão de todos os membros tanto do comitê agora, como do mecanismo que você não vai ter um representante que pega a questão da mulher, do negro, do quilombola, não sei o quê, de todos esses, porque o número é muito grande, qualquer um que assumir, que seja mulher, que seja negra ou que seja qualquer coisa assim, vai ter a preocupação fundamental em relação à prevenção e combate à tortura.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu acho que quando a gente faz uma lista, ainda que não exaustiva em relação às questões que a gente considera que o mecanismo e o próprio comitê devem se atentar, eu acho que é muito mais um esforço de chamar atenção para esses temas, do que, necessariamente, esgotá-los enquanto objeto</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>de, enfim, avaliação, seja por quem selecionar o comitê, seja por quem selecionar... seja pelo comitê selecionando o mecanismo.</p> <p>Acássio Souza (ANCED): No Ceará a gente está... (falas sobrepostas). No Ceará a gente está debatendo vinculação gabinete do Governador. Assim, inclusive, ressaltando a centralidade que o mecanismo tem que assumir no executivo.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Seguindo um pouco essa linha de raciocínio do Acássio, do Marcelo e só para citar um exemplo na missão Nordeste que a gente fez, que, por exemplo, o mecanismo de Pernambuco só vistoria unidade socioeducativa, ele não vai no prisional, por causa da vinculação dele, entendeu? Isso é muito grave, porque ele está subordinado a uma Secretaria que tem uma função de administração prisional, então, assim, ele não cumpre o seu papel pleno, então, por isso esse cuidado que a gente tem que ter, não é? Então, é mais nesse sentido mesmo.</p> <p>Sávio Filho (Ministério da Defesa): A questão de Pernambuco é que eles não têm mandato fixo. Então, eu não sei se aqui tem uma previsão de mandato fixo, foi colocado período, quatro anos, dois anos, como diretriz, eu acho que o Comitê Nacional poderia colocar no mínimo dois anos, ou quatro anos de período de mandato fixo, porque lá, o processo seletivo, inclusive, estava questionado, porque eram pessoas que já trabalhavam lá na Secretaria, entraram no mecanismo e o mecanismo parece que estava só apenas cumprindo uma tabela alheia.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu queria só fazer uma ponderação, eu acho que o texto do Acássio é bem interessante, porque ele tira a vinculação, então, dessas Secretarias em que fazem a administração, por outro lado, se a gente fizer uma sugestão, por exemplo, tão direta como gabinete do governador a gente impede que outras formas como mecanismo do Rio, ou mesmo articulação que vem sendo feita em São Paulo, para que seja criada na LESP, assim, não vai impedir que prospere, ou não vai impedir que funcione, mas eu acho que a gente vai criar uma situação em que não...</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Não tem aquela padronização que várias vezes, Karolina, se lê, quer dizer, não é só lugar de privação de liberdade, mas de maus tratos... que eu acho que se padronizar nos que fazem essa referência, porque abrange, o mais abrangente que tem é quando tem aquela denominação, lugares de privação de liberdade, suspensão, porque fica parecendo e eu acho que é a tradição também da luta pelos direitos humanos e também quase uma hegemonia de lugares do sistema prisional, a gente mesmo que milita pelos loucos e pelas pessoas que ficam em instituições de tratamento, às vezes, tem, a gente até tem dificuldade de se ver nesse discurso todo, a não ser quando se fala dos lugares que são lugares de tratamento que podem perpetrar maus tratos.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Certo. Essa definição consta do Artigo 3º da Lei 12.847. São dois incisos, tem a definição da tortura e tem a definição de pessoas privadas de liberdade que é essa concepção ampla, eu acho, Marcelo, que você menciona.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Contemplado, Karolina.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Sávio, só para você dar uma olhada no artigo 13 onde está a questão do mandato que você tinha comentado. No Artigo 13 lá no parágrafo 4º tem assim, a duração do mandato deve ser pré estabelecida, deve estar definida na lei de criação do mecanismo e, quinto, é recomendável que os peritos na primeira composição tenham mandatos diferenciados não coincidentes e escalonados, de modo a evitar a renovação total do seu quadro.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Falando um pouco daquilo que o Sávio comentava, eu acho que, eu estava olhando aqui, mas eu não via se a gente colocou, pelo menos, um, eu localizei aqui, acho que seria recomendável que os mandatos fossem fixados no tempo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Mais alguma questão? Então, só para a gente repassar as alterações. Fazer inclusão da portaria da adesão do sistema, ainda na página três. Na página quatro criar um novo artigo que é um artigo que traz, então, os conceitos em relação à tortura e privação de liberdade, na página seis, temos algumas alterações, a inclusão de quilombolas e alteração de vulnerabilidades. No parágrafo 1º, do Artigo 6º, com limitadas reconduções após período fixo e a criação de um novo parágrafo colocando, então, atuação mínima de um ano na promoção de direitos humanos e prevenção e combate à tortura.</p> <p>Antônio Valadares (GTNM/BA): No parágrafo três na letra “i”, pelo que sugeriu Paulo Maldos, povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Não temos mais alterações. Consulto, então a plenária, se podemos encaminhar para aprovação do documento de recomendação das diretrizes nacionais para CEPCTs e MEPCTs. Então, em regime de votação, quem é a favor de aprovação da redação da recomendação das diretrizes nacionais, por favor levante a mão para registro em ata. Perfeito. Então... deu certo. Vou mandar mensagem para Sílvia Dias da APT agora falando que a gente tem umas diretrizes aprovadas pelo CNPCT.</p>		
Encaminhamentos	1) Aprovar a Minuta de Recomendação do CNPCT com Diretrizes Nacionais do CNPCT para Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura elaborada pelo Grupo de Trabalho do CNPCT (Resolução nº 12/2018) e convidados, com os ajustes de redação e mérito discutidos e aprovados por consenso da Plenária da 23ªRPO.		

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Avaliação de Encerramento do Plano de Ação CNPCT - 2018 com a Discussão do Relatório de Atividades 2018 e Aprovação do Calendário de Atividades do CNPCT de 2019.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então, passando para o próximo ponto. Nós temos, então, a avaliação e o encerramento do plano de ação. Em relação ao plano de ação, tem duas questões que estão pendentes, uma é a resolução para homologação do resultado final do processo de eleição das organizações da</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>sociedade civil para o próximo mandato do colegiado (3ºPCP/CNPCT), um outro ponto é um breve relato da reunião do sistema nacional e depois a gente entra na avaliação do plano de ação. Com relação a resolução de homologação, a Secretaria-Executiva do CNPCT elaborou uma minuta para apreciação e aprovação pelo CNPCT, que encontra-se dentro da pasta dos participantes.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Não sei se é o lugar pertinente e nem se pode, mas acho que todos nós e talvez isso vá para essa extraordinária, mas tem essa preocupação da gente com a nomeação. Nesse artigo, no segundo aí, coloca o trâmite burocrático institucional, mas não cria nem... tipo assim, não registra nenhuma expectativa e nem empenha nenhuma gravidade que se é essa gravidade que a gente discutiu, que, eventualmente, romper com a continuidade e deixar o comitê sem nomeação como deixou por seis meses, por exemplo. Aí, é uma pergunta mesmo. É possível nessa resolução que se anuncia o resultado e se homologa o resultado das eleições, que a gente possa expressar algo nesse sentido aqui?</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Só lembrando que foi pedida uma reunião com o Ministro desde ontem que nós não tivemos resposta alguma, nem que sim, nem que não, então, eu sou favorável à proposta do Marcelo, por uma questão de memória mesmo desse último comitê que demorou seis meses para ser empossado e ainda teve que ter uma pressão imensa e sobretudo uma pressão, uma tentativa de sensibilização da Flávia Povezan, se não me engano, para que isso ocorresse. Então, eu acho que não é exagero a gente prever isso no texto. Eu acho que é mais prudente, inclusive, já que a política não está colaborando muito com a gente ultimamente, não é?</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Como forma para a gente já avançar dado o horário, eu queria, então, que a gente abrisse, que a gente desse uma olhada só nas datas, enquanto um ou dois voluntários fazem, então, a redação desse inciso, dessa proposta para contemplar, então, a fala dos colegas. É uma proposta que a gente, então, suspenda rapidamente a análise dessa resolução e a gente aprove o calendário de reuniões para o ano que vem, aguardando uma sugestão de redação para resolução. Pode ser? Elias, já distribuiu o calendário? O calendário já está na pasta. Sigo aberta, acho que todos estão abertos a uma nova redação.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): É porque a brevidade possível é muito vaga, por tudo aquilo que a gente já discutiu aqui. Então, eu acho que ela... é razoável que isso seja homologado coincidindo o fim do mandato e o início do outro para não ficar... a brevidade possível pode ser seis meses, sei lá. O ano, o tempo que eles entenderem.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Se vocês quiserem eu posso fazer o relato bem objetivo da reunião do sistema, enquanto vocês avaliam uma nova redação. Todos de acordo? Eu vou tentar ser bem objetiva, até que o nosso quórum está bem baixinho. A gente fez, então, a Reunião Anual do SNPCT, foi a nossa segunda reunião, a primeira foi feita em 2015 e que foi lançamento, inclusive, daquele livro "Monitoramento de Locais de Privação de Liberdade" em parceria com a APT. Fechamos quatro pontos e meio e o "meio" eu explico também ao final. Primeiro</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>ponto é que fechamos uma pré agenda para o dia 29 de abril de 2019 para chamar a terceira reunião ordinária do sistema. O segundo ponto foi, então, que a gente combinou de receber sugestões de quem provocar para convidar para adesão do sistema, com vistas à gente angariar mais adesões ao sistema ainda esse ano, então, foi possibilitado o prazo, eu acho que ficou até dia três de dezembro, se não me engano, para que os colegas encaminhem nome de entidades, órgãos, que, tipo uma busca ativa mesmo para fazer a adesão ao sistema. O terceiro ponto foi em relação às tratativas para organização mínima em relação ao sistema nacional. A gente tinha feito um documento chamado regimento interno, mas a gente entende que também regimento interno traz algumas amarras que talvez não sejam o nome mais adequado, então, entendemos que temos essa possibilidade de um termo mais fluído como carta, como carta, etc. Uma outra questão, então, que foi mencionada, foi feita uma apresentação da minuta do “II Plano de Ações de Integradas de Prevenção e Combate à Tortura – IIPAICPCT”. A gente vem falando dessa proposta da coordenação em relação ao plano desde o ano passado com a contratação da consultoria da Vivian Calderone por meio do projeto PNUD. Ela nos entregou o documento final e passamos, então, esses últimos meses fazendo ajustes e adequações de forma a entregar, então, uma minuta para apreciação e avaliação dos colegas. Essa minuta foi apresentada na reunião do SNPCT e um dos pontos de encaminhamento foi que o comitê enviasse essa minuta para os estados, para os comitês, para os mecanismos, de forma a receber manifestações desses espaços e contribuições, colaborações ao texto do comitê, ao texto da minuta do plano. Então, foi isso e eu queria que nesse momento a gente pudesse registrar nos encaminhamentos, então, o envio da minuta do IIPAICPCT para comitês e mecanismos de forma que eles se manifestem sobre o teor do plano. E se os colegas combinarem, peço anuência, então, dos colegas, para então, incluir isso em um dos pontos dos encaminhamentos da 23ªRPO.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Eu queria só registrar, eu participei da reunião e saudar a iniciativa da CGCT por parte de Karol e registrar que o I PAIPCT completou 10 anos de publicado, apresentado, discutido e o em 2016, então a atualização desse plano é fundamental.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Obrigada, Expedito. Temos, então, a redação final para os ajustes na redação final da resolução de homologação do resultado final do 3ºPCP/CNPCT? Consulto, então a plenária, se podemos encaminhar para aprovação a redação final da minuta de resolução do CNPCT para homologação do resultado final do 3ºPCP/CNPCT. Então, em regime de votação, quem é a favor da aprovação da redação final com os ajustes discutidos na plenária, por favor levante a mão para registro em ata. Perfeito. Então... aprovada por unanimidade. Deixo aqui registrado o nosso agradecimento aos membros da Comissão de Eleitoral do 3ºPCP/CNPCT, nas pessoas da Renata Teles e Marcy Figueiredo da SPM/MDH, da Roseli de Oliveira e o Sidnei Costa da SNPIR/MDH, da Sheila Carvalho e da Natalia Sanzovo do IBCCRIM e, por último, mas não menos importante, a Dra. Paula Bajer, do Ministério Público Federal. Passamos ao ultimo ponto da pauta que seria a aprovação do documento final de avaliação do progresso do Plano de Ações para 2018. Alguma questão, alguma sugestão de encaminhamento?</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Antônio Valadares (GTNM/BA): De uma certa forma, quer dizer, que o comitê tem que prestar contas da sua atividade. Eu vi o texto, mas como esse ano participei muito pouco dessas atividades, acompanhei de longe, então, fica difícil, mas acho que é fundamental que a experiência, os aspectos positivos e negativos sejam contemplados para o próximo comitê. Então, acho que, no mínimo, precisaria tentar, talvez, redigir alguma coisa mais geral levantando esses aspectos, talvez não pegando só ponto por ponto, porque lá fala assim, acompanhamento não feito, não sei o que e tal, aqui foi feito, completado, mas tem um balanço mais político mesmo, quer dizer, que as consequências disso, do funcionamento que aconteceu até aqui e agora o que vai precisar para frente. Pelo menos, levantar alguns aspectos desses, dificuldades e desafios.</p> <p>Expedito Solaney (CUT): Em consonância com a fala do senhor Valadares, eu até questiono se não é o momento de fazer o relatório do balanço das atividades do CNPCT que nós vamos ter uma mudança de composição e eu não sei se a previsão já, talvez, nessa extraordinária, fazer, apresentar esse relatório, com as resoluções editadas, redações feitas. Aquela pauta do mecanismo é importante, mas nós temos a oportunidade de apresentar os relatórios do mecanismo na primeira reunião de 2019 também, pelo menos um agora, os demais numa primeira em 2019, agora, o balanço do CNPCT tem que ser feito, a sugestão é inclusão disso na reunião extraordinária.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Então, não faríamos essa avaliação agora e faríamos isso para a próxima reunião extraordinária?</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Essa preocupação do Valadares talvez trazer uma minuta de um balanço, uma lauda, não é, Valadares? Um balanço qualitativo, assim, que ele chama político, eu digo qualitativo, algo que seja um resumo, um balanço resumido dos avanços e dificuldades talvez.</p> <p>Andrey Lemos (Ministério da Saúde): Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, na minha opinião é extremamente importante fazer uma avaliação sobre o plano de ação, eu acho que não dá para se encerrar um mandato sem minimamente apresentar um relatório em cima do que se foi planejado e o que conseguiu ser executado ou não. Até como uma contribuição para o próximo mandato, para próxima composição, de estar enumerando, por exemplo, as principais dificuldades, os avanços, quais são os desafios, as oportunidades identificadas. Então, a minha proposta de encaminhamento é que a gente aprovasse, se a maioria concordar de uma comissão, de três pessoas que pudessem escrever uma proposta de uma avaliação em cima do plano de ação e que isso circulasse por e-mail, que a gente fosse amadurecendo por e-mail e fosse aprovado na próxima reunião extraordinária. Acho que a gente ganharia tempo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Eu vejo que tem duas propostas de encaminhamento. Uma para receber contribuições do coletivo e a gente organiza o documento pela Secretaria Executiva ou de destacar um grupo de pessoas para fazer essa análise e esse balanço por membros do comitê, que é a análise do... é a proposta do Andrei.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Permite, Karol? Quando a gente fez várias</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.23ªRPO.CNPCT 23ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>avaliações, tinha lá as tabelinhas do Elias, o que avançou, o que não avançou, eu acho que a gente... capaz de lembrar de tudo, eu acho que isso tem que partir um pouco da Secretaria Executiva para as organizações, porque não vamos lembrar de cabeça os dois anos, mas eu acho que parte aquela tabela que já tem, o Elias já tem organizado, ele enviar para o comitê e cada um vai contribuindo, acho que assim fica melhor.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Combinado, então, a gente manda, a gente encaminha novamente a documentação que a gente tem e fica para avaliação dos colegas a contribuição em relação ao relatório. Partimos, então, para o nosso último momento da reunião, que é aprovação dos encaminhamentos.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovar, por unanimidade, a Minuta de Resolução do CNPCT de HOMOLOGAÇÃO do Resultado Final do 3ªPCP/CNPCT, na forma do Comunicado nº 19/2018/CNPCT/SNC/MDH da Comissão de Eleitoral, a ser publicada no Diário Oficial da União (DOU), com ajustes de redação e mérito discutidos e aprovados pela Plenária da 23ªRPO.2) Aprovar, por unanimidade, a proposta de “Calendário de Atividades do CNPCT em 2019”.3) Estabelecer prazo até o dia 07/12/2018 para organizações do CNPCT encaminharem a Secretaria Executiva do CNPCT (cnpct@mdh.gov.br) contribuições para o “Relatório de Atividades do CNPCT 2018”, a ser apreciado e aprovado na Reunião Extraordinária de 18 e 19/12/2018.4) Solicitar a Secretaria Executiva do CNPCT o envio da Minuta do 2º PAIPCT aos pontos focais dos CEPCTs e MEPCTs para avaliação e contribuições até o dia 15/12/2018.		

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Deliberações e Encaminhamentos finais.• Leitura e Aprovação Prévia dos Encaminhamentos da Ata da 23ªRPO.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<i>[Em virtude do horário avançado, não houve outras discussões na plenária final, apenas a leitura e aprovação prévia dos encaminhamentos da 23ªRPO/CNPCT.]</i>		
Encaminhamentos	1) Aprovação prévia dos encaminhamentos da 23ªRPO/CNPCT.		

Local e Data

Brasília, 29/11/2018 – 18h00

Vice-Presidência CNPCT

Tassiana Cunha Carvalho

Secretaria-Executiva CNPCT

Elias Emanuel Alves de Sousa